



**BEATRIZ GONÇALVES PROGRAMAS DE APOIO E PROMOÇÃO DO
FIGUEIREDO EMPREENDEDORISMO
MACHADO VAZ**



**BEATRIZ GONÇALVES FIGUEIREDO
MACHADO VAZ**

**PROGRAMAS DE APOIO E PROMOÇÃO DO
EMPREENDEDORISMO**

Relatório de estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Pública, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Luís Rocha Pinto, Professora Associada do Departamento de Ciência Sociais Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho aos meus pais e avós.

o júri

presidente

Prof^a. Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva
Professora auxiliar convidada da Universidade de Aveiro

Prof^a. Doutora Ana Isabel Pires Beato Alves de Melo
Professora adjunta da Universidade de Aveiro

Prof^a. Doutora Maria Luís Rocha Pinto
Professora associada da Universidade de Aveiro

agradecimentos

A todos os docentes do Mestrado de Administração e Gestão Pública que partilharam os seus conhecimentos e me auxiliaram a adquirir capacidades para chegar até aqui.

De todos estes, pretendo dirigir um agradecimento especial à Profª. Doutora Maria Luís Rocha Pinto, pelo apoio, pela dedicação e pela liberdade concedida na exploração das abordagens neste relatório.

Quero agradecer a toda a equipa do Centro de Desenvolvimento Empresarial do Centro, do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., em especial à Dra. Osória Miranda pelo apoio, pela confiança em mim depositada no exercer de tarefas e pela partilha de conhecimentos.

À Dra. Joana Barros da Loja de Exportação de Aveiro, da AICEP Portugal Global, E.P.E., pelo estímulo e apoio.

Agradeço também à Dra. Joana Vieira, pela disponibilidade e colaboração.

E agradeço a todos os familiares e amigos pelo apoio e paciência.

palavras-chave

Empreendedorismo, empreendedor, inovação, competitividade, financiamento, PME, IAPMEI

resumo

As dinâmicas sociais alteraram-se bastante. Vivemos na verdadeira “Aldeia Global”. Imensas alterações se manifestaram na economia. Os instrumentos de gestão não ficaram indiferentes a esta situação.

A inovação é fundamental para as empresas se conseguirem destacar no mercado, mas aliado a esse fator, estas têm que se posicionar competitivamente.

Tendo, as PME's, uma posição expressiva no tecido empresarial do nosso país, considero importante estudar os mecanismos de apoio que o Estado tem ao seu dispor, nomeadamente, os programas e fundos destinados ao processo de empreendedorismo.

Este conceito surgiu no Séc. XVIII e tem sofrido alterações, de acordo com a evolução e desenvolvimento da sociedade. As principais diferenças centram-se nas abordagens dos diferentes autores: o ênfase dado à atitude empreendedora (a maximização de lucro, aumento de produtividade, destaque no mercado) e, mais recentemente, o foco no comportamento do indivíduo e no método a prosseguir, para conseguir chegar ao fim em vista.

Pode adquirir forma prática na concretização de uma ideia de negócio, ou no ato de conceber um novo produto/serviço.

A importância deste assunto é tal que, foram feitas recomendações pela União Europeia para a dedicação dos governos a esta temática e, foram dedicadas verbas do orçamento do novo programa-quadro de 2014 a 2020 para a re-industrialização.

Assim, e de acordo com as atividades desenvolvidas durante o estágio curricular no IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., foi redigido este documento, onde são analisadas as várias medidas disponibilizadas pelo supra-referido instituto, que têm como principal objetivo o fomento do empreendedorismo, bem como a inovação e competitividade das empresas.

Apesar do esforço do Estado neste sentido – e que tem resultado relativamente à concretização das ideias de negócio – deve ser estudada uma estratégia de comunicação mais eficaz, para que a informação sobre estes apoios cheguem a um maior número de possíveis empresários.

Keywords

Entrepreneurship, entrepreneur, innovation, competitiveness, finance, SME, IAPMEI

Abstract

The social dynamics have changed a lot. We live in a actual "Global Village". Huge changes have happened in the economy. Management tools were not oblivious to this situation.

Innovation is vital for companies to succeed in the marketplace, but allied to this factor, they have to position themselves competitively.

SMEs have a significant position in the business of our country, I consider important to study the mechanisms of support that the state has at its disposal, in particular, programs and funds for the entrepreneurship process.

This concept emerged in the XVIII century and has changed, according to the progress and development of society. The main differences are centered in the approaches of different authors: the emphasis given to the entrepreneurial attitude (the maximization of profit, increased productivity, highlighted on the market) and, more recently, the focus on the individual's behavior and method to continue to make it to the end in view.

You can purchase practically the embodiment of a business idea, or the act of designing a new product / service.

The importance of the issue at matter is such that, recommendations were made by the European Union for the focus of governments to this topic and funds were dedicated from the budget of the new Framework Programme 2014-2020 for the re-industrialization.

Thus, according to the activities developed during the traineeship in IAPMEI - Agency for Competitiveness and Innovation, IP, this document was drafted, with the various measures provided by the above-mentioned institute, whose main objective is the promotion of entrepreneurship, innovation and competitiveness.

Despite the State's efforts in this direction - and that has resulted in attaining business ideas - a more effective communication strategy should be studied, so that the information on this provision can reach a larger number of potential entrepreneurs.

Índice

Índice de Figuras	III
Índice de Tabelas	IV
Siglas e Abreviaturas	V
1. Introdução.....	1
2. Metodologia	3
3. O Estágio.....	4
3.1. A Entidade	4
3.2. Atividades Desenvolvidas no Período de Estágio	10
Acolhimento	10
Mapeamento dos objetivos dos técnicos (SIADAP 3)	11
Base de dados informativa dos vários tipos de associações.....	14
Medidas de Apoio e Promoção ao Empreendedorismo (FINICIA e RNM).....	14
Catálogo de PME Fabricantes Nacionais.....	16
Conferência da Inova-Ria - 10 anos de Rede Inovação	16
Relatório Mensal de Atividades – Atividades CDE Centro	17
Relatório Mensal de Atividades – Projetos.....	17
Iniciativa “Portugal Sou Eu”	18
Visita de Assistência Empresarial	19
4. Empreendedorismo	20
4.1. O que é o Empreendedorismo?.....	20
4.2. Principais tipos de empreendedorismo	27
4.3. O empreendedor	30
5. Formas de Promoção do Empreendedorismo.....	31
5.1. Financiamento	31
5.1.1. Recursos financeiros do próprio empreendedor, família e amigos.....	33
5.1.2. Business Angels.....	33
5.1.3. Capital de Risco	34

5.1.4. Crowdfunding	37
5.1.5. Banca	39
5.1.6. Microcrédito	41
5.1.7. Subsídios	42
5.2. Tripla Hélice	44
5.3. Educação para o Empreendedorismo	47
6. Programas e apoios aplicados no Baixo Vouga	47
6.1. Caracterização do Baixo Vouga	47
6.1.1. Evidências Territoriais	48
6.1.2. Dados Demográficos	49
6.1.3. Evidências Económicas	52
6.2. Medidas de apoio apresentada pelo IAPMEI	57
6.2.1. FINICIA	57
6.2.2. Passaporte para o Empreendedorismo	59
6.2.3. Programa +E+I	59
6.2.4. + empresas – tornar Portugal numa <i>Start-up Nation</i>	61
6.2.5. Vale Empreendedorismo / IN2: BA	62
6.2.6. Empreendedorismo Qualificado / IN2: BA	62
6.2.7. Programa Ignição	62
6.2.8. Estímulo à Contratação por <i>Start-up's</i>	62
6.2.9. Programa FINTRANS	63
6.2.10. Fundos Revitalizar	63
7. Conclusão	65
8. Bibliografia	69
ANEXOS	i

Índice de Figuras

Figura 1: Organigrama base do IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais	6
Figura 2: Organigrama base do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	9
Figura 3: Processo evolutivo do SIADAP – localização da tarefa	11
Figura 4: Mapa de monitorização de objetivos utilizado em 2013	12
Figura 5: Mapa de monitorização de objetivos utilizado em 2014	13
Figura 6: Layout das tabelas com informação sobre as associações	14
Figura 7: Tópicos orientadores do que é o empreendedorismo	27
Figura 8: Tipos de Empreendedorismo	29
Figura 9: Tipo de medidas adotadas pela Comissão Europeia para melhorar o acesso das PME ao financiamento	32
Figura 10: Fontes de Financiamento mais adequadas de acordo com cada etapa	33
Figura 11: Processo de Crowdfunding	38
Figura 12: Interação entre Governo-Industria-Universidade, numa situação de Estado controlador.....	44
Figura 13: Interação entre Governo-Industria-Universidade num Estado <i>Laissez-Faire</i> ..	45
Figura 14: Modelo de interação entre Governo-Industria-Universidade numa situação de Tripla-Hélice	45
Figura 15: NUTS II Centro (divisão territorial por NUTS III e municípios)	48
Figura 16: Nº de auto-empregos criados em Portugal e na NUTS II Centro.....	55
Figura 17: Nº de auto-empregos criados na União Europeia (27 países)	55
Figura 18: Evolução da Taxa de Natalidade no Setor Primário, entre 2008 e 2012	56
Figura 19: Evolução da Taxa de Natalidade no Setor Secundário, entre 2008 e 2012.....	56
Figura 20: Evolução da Taxa de Natalidade no Setor Terciário, entre 2008 e 2012.....	57
Figura 21: Tipos de projetos apoiados pelo programa FINICIA.....	58
Figura 22: Objetivos do programa +E+I	60
Figura 23: Objetivos do programa FINTRANS	63

Índice de Tabelas

Tabela 1: Resenha dos conceitos "empreendedorismo" e "empreendedor", segundo os principais autores.....	26
Tabela 2: Entidades e Fundos Participados pelo IAPMEI.....	37
Tabela 3: Dados demográficos gerais da NUTS III Baixo Vouga, à data dos Censos 2011	50
Tabela 4: População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Nível de escolaridade mais elevado completo	51
Tabela 5: Empresas, por setor, na NUTS III Baixo Vouga	53
Tabela 6: Volume de Negócio e VAB das empresas da NUST III Baixo Vouga	54
Tabela 7: População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011)....	ii
Tabela 8: Idade Média da População	iii
Tabela 9: População Residente (Nº) por Local de Residência, Anual (2008-2013)	iii
Tabela 10: População residente por Local de residência e Grupo socioeconómico	vi
Tabela 11: População residente (N.º) por Local de residência e Nível de escolaridade mais elevado completo	vii
Tabela 12: População residente, por local de residência e nível de escolaridade mais elevado	viii
Tabela 13: Taxa bruta de natalidade por local de residência.....	ix
Tabela 14: Taxa de natalidade por local de residência (2008-2013).....	x
Tabela 15: População residente, segundo o grupo etário e o grupo socioeconómico, na Região do Baixo Vouga	xii
Tabela 16: População Residente, segundo grupo etário e grupo socioeconómico no município da Murtosa.....	xiv
Tabela 17: Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), à data dos Censos de 2011	xv
Tabela 18: Empresas (N.º) por Localização geográfica, Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica	xvi
Tabela 19: Empresas (N.º) por Localização geográfica e Escalão de pessoal ao serviço em 2012.....	xvii
Tabela 20: Empresas (N.º) por Localização geográfica e Escalão de pessoal ao serviço	xviii

Siglas e Abreviaturas

AICEP – Agência para o Investimento e Comercio Externo de Portugal, E.P.E.

ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito

BA – Business Angels

CDE – Centro de Desenvolvimento Empresarial

DAE – Direção de Assistência Empresarial

EU – Unidade de Extensão

IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais de Estatística

PAC – Páginas Amarelas do Conhecimento

PME – Micro, Pequenas e Médias Empresas

RNM – Rede Nacional de Mentores

SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública

1. Introdução

No âmbito da conclusão do ciclo de estudos do Mestrado de Administração e Gestão Pública, ministrado na Universidade de Aveiro, foi dada a possibilidade de escolha da elaboração de uma dissertação, projeto ou estágio curricular.

Atendendo às especificidades do meu plano de estudos entendi que o mais adequado ao meu percurso seria a situação de estágio curricular por nunca ter tido experiência profissional na área de estudo e achar que era uma boa oportunidade de conseguir um primeiro contacto com o mundo do trabalho. Esta hipótese, além de permitir um primeiro contacto com o mundo do trabalho, ainda nos possibilita a escolha da instituição na qual queremos realizar o estágio o que viabiliza a conciliação de um terceiro aspeto além do estudo e trabalho: o gosto pessoal. O gosto em fazer um estágio no IAPMEI surge da reflexão pessoal sobre o atual contexto económico do nosso país e no facto de ser uma jovem que procura saber mais sobre a relação do Estado com os diversos atores da sociedade (entre eles as pequenas e médias empresas) e querer manter uma posição ativa na recuperação do nosso país.

Segundo Sarkar (2010:28) “Portugal é um dos países com a menor taxa de crescimento média anual, além de ter um baixo rendimento *per capita*. Isso revela que Portugal não está a aproximar-se dos membros mais antigos da União Europeia. Para além disso, encontra-se neste momento a ser ultrapassado por alguns novos membros, como é o caso do Chipre e da República Checa que apresentam taxas de crescimento média acima dos níveis atingidos por Portugal nos últimos anos.”. O mesmo autor refere ainda que o empreendedorismo é responsável por 40% do crescimento económico do nosso país¹. Atendendo a isso, decidi durante o período de estágio debruçar a minha atenção, sempre que possível, na dinâmica do empreendedorismo na região do Baixo Vouga.

São, assim, objetivos gerais do presente relatório compreender o papel do Estado no impulsionar da economia, através do IAPMEI, perceber como funciona esta instituição, compreendendo o seu papel no mundo empresarial.

O objetivo específico visa a análise dos instrumentos que o IAPMEI disponibiliza aos cidadãos, para que possam concretizar as suas ideias de negócio e, às empresas existentes para que apostem na inovação e consigam alcançar uma posição mais competitiva no mercado.

¹ SARKAR, Soumodip – Empreendedorismo e Inovação, p. 33

O presente documento é composto por oito capítulos. O primeiro é respeitante a esta introdução. No segundo capítulo, corresponde à metodologia adotada durante o período de estágio. No terceiro capítulo, darei a conhecer o IAPMEI, a sua missão, estrutura, bem como as atividades desenvolvidas durante o período de estágio. O quarto capítulo contemplará a revisão da literatura, respeitante à temática em foco no relatório. O quinto capítulo apresenta as principais formas de promoção do empreendedorismo que se encontram disponíveis, nomeadamente o financiamento, a relação indústria-governo-universidade e, o mais recente fenómeno da promoção do empreendedorismo nos níveis de ensino mais baixos. O sexto capítulo expõe a dinâmica do empreendedorismo no Baixo Vouga, através de evidências demográficas, territoriais e económicas e, ainda, as medidas de apoio apresentadas pelo IAPMEI. No sétimo capítulo são retiradas as conclusões finais e, por fim, no oitavo é apresentada a bibliografia consultada.

2. Metodologia

O período de estágio incidiu, sobretudo, em técnicas não documentais. Sendo uma experiência vivida no momento aplicou-se, sobretudo, a observação participante, em que a coordenadora numa fase inicial explicava o que pretendia, e mostrava alguns modelos (quando existentes). Num segundo momento, eram aplicadas as orientações da coordenadora para a elaboração das tarefas.

As tarefas desenvolvidas durante as 935h de estágio foram restringidas, geograficamente, à área de ação da Unidade de Extensão do Baixo Vouga, do Centro de Desenvolvimento Empresarial do Centro (concelhos de Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos).

Durante esse período, foi realizada uma entrevista a um elemento representativo de uma Incubadora de Empresas de um município do distrito de Aveiro. No entanto, a coordenadora do IAPMEI – Unidade de Extensão do Baixo Vouga, perante a situação de estágio, julgou inoportuno a realização destas entrevistas.

Neste relatório, como dados relativos ao terceiro setor, consideraram-se as atividades económicas (CAE Rev. 3) das seguintes subclasses:

- comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos;
- atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas;
- atividades de investigação científica e de desenvolvimento;
- outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares;
- outras atividades de serviços

por serem as que, além da indústria transformadora, poderão ver, em alguns apoios, as suas candidaturas elegíveis.

3. O Estágio

3.1. A Entidade

Tal como referido na introdução do presente relatório, o estágio curricular decorreu no IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

O IAPMEI surgiu em Fevereiro de 1975 como Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais. Era Primeiro-Ministro de Portugal Vasco Gonçalves e Presidente da República Francisco Costa Gomes. A criação deste Instituto é resultante do enorme número de empresas de pequena e média dimensão que, todas somadas, detêm forte representatividade na economia portuguesa. Aliado a este fator, está, também, a fragilidade da capacidade financeira e de organização deste tipo de entidades. Era importante garantir o emprego e as condições de trabalho dos funcionários das empresas em causa, cabendo ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais dotar estas estruturas de condições técnicas e económicas. Assim sendo, segundo o artigo 2º, Decreto-Lei nº 51/75, de 7 de Fevereiro, este instituto tinha por missão

“dinamizar o potencial produtivo de que dispõem as pequenas e médias empresas, superar as limitações e deficiências a que estão sujeitas, preservar a sua independência e assegurar a sua modernização, contribuindo para a efetivação da estratégia antimonopolista.”

Na sua fase inicial, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais tinha como principais atribuições²:

- a) *“Promover a reorganização e reconversão das empresas susceptíveis de se tornarem competitivas e económica e socialmente válidas, auxiliando-as a superar as suas deficiências de ordem técnica, financeira e de organização;*
- b) *Promover a realização de transformações, fusões e a constituição de agrupamentos e a utilização de outras formas de cooperação voluntária entre empresas;*
- c) *Promover a constituição de novas empresas, apoiadas em técnicas e organização evoluídas, de modo a dotá-las da eficiência técnica, económica e financeira requeridas pela capacidade competitiva nos mercados interno e externos;*

² Conforme artigo 3º, Decreto-Lei nº 51/75, de 7 de Fevereiro

- d) *Assumir a responsabilidade pelos encargos financeiros de empréstimos de que beneficiam as empresas;*
- e) *Estudar e propor o apoio do Estado na obtenção de condições de crédito e seguro de crédito à exportação e às vendas no mercado interno;*
- f) *Prestar assistência técnica direta às empresas e difundir, por forma que seja efetivamente assimilada por estas, toda a informação com interesse para as respetivas actividades;*
- g) *Estudar e informar os pedidos de concessão de benefícios, exceptuando os de natureza fiscal;*
- h) *Estudar formas de atuação que facilitem o acesso das empresas aos concursos públicos e aos mercados externos, em particular, apoiando-as na realização de operações de subcontratação e de joint-ventures;*
- i) *Estudar, divulgar e apoiar as experiências válidas de participação dos trabalhadores na gestão e fiscalização de empresas;*
- j) *Propor, em ligação com os serviços competentes do Ministério do Trabalho, a elaboração e execução de programas de formação, aperfeiçoamento a reconversão profissional;*
- k) *Colaborar nas ações que visem a intervenção do setor público na reestruturação dos setores em que predominam pequenas e médias empresas;*
- l) *Prestar apoio à criação e funcionamento de centros técnicos de cooperação industrial a que se refere o Decreto-Lei nº 180/73, de 19 de Abril, e assegurar as ligações do Estado com esses centros;*
- m) *Apoiar, através dos organismos e serviços competentes, a instalação de empresas nos parques industriais.”*

Nessa primeira fase o IAPMEI contava com a colaboração de oitenta e dois funcionários que se dividiam pelas cinco direções e divisões existentes na altura.



Figura 1: Organograma base do IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais
 Fonte: artigo 24º do Decreto-Lei nº 51/75, de 7 de Fevereiro

De permeio, assistiram-se a algumas adaptações no instituto de forma a ir de encontro às tendências internacionais. O IAPMEI já se designou Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, para assim se identificar mais com os objetivos europeus, no âmbito da entrada de Portugal na União Europeia. Já se designou, também, Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e Inovação, para se adequar à era da globalização, sendo recentemente adaptado a Agência para a Competitividade e Inovação, de forma a reconhecer os atuais paradigmas económicos e ir de encontro às necessidades do tecido empresarial não só português, como internacional.

Atualmente o IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. é um

“instituto público de regime especial, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio”³

Por prosseguir atribuições do Ministério da Economia, o IAPMEI é, como diz o artigo 2º, DL nº 266/2012 de 28 de dezembro, um organismo central com jurisdição sobre todo o território nacional.

O supra-referido instituto tem por missão

“promover a competitividade e o crescimento empresarial, visando o reforço da inovação, do empreendedorismo, e do investimento empresarial, nas empresas que exerçam a sua atividade nas áreas sob tutela do Ministério da Economia [...] designadamente das empresas de pequena e média dimensão.” (Artigo 3º, DL nº 266/2012 de 28 de dezembro, Diário da República, 1ª série, Nº

³ Conforme Artigo 1º, DL nº 266/2012 de 28 de dezembro, Diário da República, 1ª série, Nº 251

251 e artigo 14º, DL nº 11/2014 de 22 de Janeiro, Diário da República, 1ª série, Nº 15)

Neste momento, as principais atribuições do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. são:

- a) “Desenvolver e coordenar todas as atividades conducentes a melhorar a competitividade das empresas, designadamente, das micro, pequenas e médias empresas (PME) ao longo de todo o seu ciclo de existência, funcionando como interlocutor privilegiado na relação das mesmas com o Estado;*
- b) Promover as condições propícias à captação, realização e acompanhamento de projetos de investimento de origem nacional, independentemente da natureza jurídica do investidor, [...];*
- c) Promover o empreendedorismo, nomeadamente o relacionado com a produção de bens e serviços transacionáveis, com elevado grau de inovação e de valor acrescentado;*
- d) Executar iniciativas e políticas de estímulo à competitividade empresarial, nomeadamente as dirigidas ao diagnóstico e à capacitação das empresas e dos seus recursos, em particular os relacionados com a produção de bens e serviços transacionáveis;*
- e) Desenvolver estratégias de eficiência coletiva por parte das empresas, especialmente das PME, em articulação com os centros tecnológicos e com outras infraestruturas tecnológicas, com os polos de competitividade e tecnologia e com outros clusters, promovendo atuações concertadas de melhoria de condições de envolvente empresarial e ganhos de escala, nomeadamente de simplificação administrativa e de assistência técnica e tecnológica;*
- f) Executar iniciativas e programas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, nomeadamente as dirigidas ao diagnóstico de oportunidades de inovação, à inovação e ao desenvolvimento tecnológico e à inovação organizacional;*

- g) Criar as condições favoráveis ao desenvolvimento da Investigação e Desenvolvimento e Inovação (I+D+i) empresarial;*
- h) Estimular e gerir plataformas de interação entre as empresas e o Sistema Científico e Tecnológico Nacional, potenciando a transferência de conhecimento, tecnologia, investigação e inovação para o tecido empresarial e desenvolver competências e sensibilidades do foro empresarial junto do meio científico, nomeadamente na promoção de criação de spin -offs, startups e na utilização do I&D para o aumento da inovação e competitividade de empresas existentes;*
- i) Executar iniciativas e políticas de apoio ao investimento empresarial, orientadas para a valorização da oferta nacional de bens e serviços transacionáveis, no âmbito definido na alínea b);*
- j) Assegurar o enquadramento, promoção e articulação dos instrumentos de dinamização e disseminação das atividades de capital de risco, de titularização de créditos e de garantia mútua, bem como a gestão dos instrumentos de capitalização empresarial, no âmbito do ME;*
- k) Colaborar com os serviços, organismos e demais entidades competentes da Administração Pública na preparação de legislação relativa à regulação e regulamentação da atividade empresarial, nomeadamente a que tenha impacte nas PME.”⁴*

No que respeita à organização interna do instituto, neste momento, tem quatro direções relacionadas com atividades de suporte e tem outras quatro direções relacionadas com atividades operacionais e técnicas.

⁴ Cf. DL nº 11/2014 de 22 de Janeiro

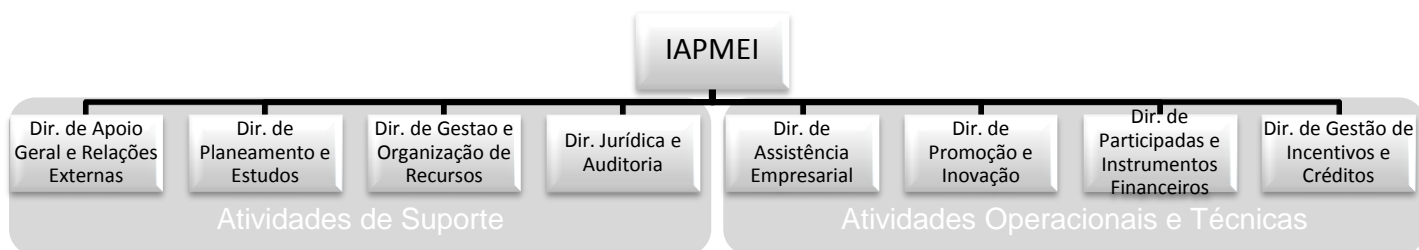


Figura 2: Organograma base do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.
 Fonte: artigo 3º, Portaria nº 538/2007, de 30 de abril, Diário da República, 1ª série, nº 83

No âmbito do estágio curricular para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Pública, colaborei com a Direção de Assistência Empresarial (DAE), mais concretamente, no Centro de Desenvolvimento Empresarial do Centro (CDE Centro), Unidade de Extensão do Baixo Vouga, sob orientação da coordenadora do CDE Centro.

Compete a Direção de Assistência Empresarial (artigo 8º, Portaria nº 538/2007, de 30 de abril, Diário da República, 1ª série, nº 83):

- a) *“Proceder ao acompanhamento de empresas, no âmbito das suas atividades de diagnóstico e análise estratégica e formulação de estratégias de investimentos e de qualificação de recursos humanos;*
- b) *Conceber, propor e implementar programas de intervenção no domínio das políticas públicas de desenvolvimento empresarial;*
- c) *Assegurar a gestão das medidas de valorização dos recursos humanos das empresas e a adoção de boas práticas,*
- d) *Assegurar a gestão da rede de serviços territorialmente desconcentrados.”*

Subjacente à sua atuação estão cinco valores:

- Proximidade (estabelecendo um contacto direto com as empresas)
- Simplicidade (acesso à informação, por parte das empresas, de forma simples e fácil)
- Envolvimento (envolver os empresários no desenvolvimento das iniciativas)
- Conhecimento (técnicos atualizados sobre as dinâmicas empresariais)

- Coprodução (envolver as empresas na produção de soluções)

Enquanto organismo da administração indireta do Estado sob tutela do Ministério da Economia, o IAPMEI tem vindo a apostar no estímulo à inovação e competitividade das pequenas e médias empresas, bem como no encorajamento ao empreendedorismo, como medidas para Portugal se adequar ao novo paradigma macroeconómico.

Assim, decidi, paralelamente às tarefas desenvolvidas durante o período de estágio, dedicar a minha atenção à promoção do empreendedorismo, sendo que, geograficamente será abordada a área de ação da Unidade de Extensão do Baixo Vouga, Centro de Desenvolvimento Empresarial do Centro (concelhos de Águeda, Albergaria – a – Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos).

3.2. Atividades Desenvolvidas no Período de Estágio

Acolhimento

Num primeiro momento, foi-me explicada a dinâmica da instituição, as direções que existem e, mais detalhadamente, esta a que estou afecta: Direção de Assistência Empresarial (DAE), Centro de Desenvolvimento Empresarial do Centro (CDE Centro), Unidade de Extensão (U.E.) do Baixo Vouga, bem como as instalações, o local onde exercerei as minhas atividades (um espaço open office dividido com a administrativa e com a técnica da Loja de Exportação - projeto conjunto entre o IAPMEI e a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP).

Seguidamente, fui apresentada à equipa da U.E. do Baixo Vouga, composta por três técnicos da DAE (uma das quais é a coordenadora do CDE Centro), duas técnicas da Direção de Gestão de Incentivos e de Créditos, pela administrativa e por uma técnica da Loja da Exportação.

Para iniciar o contacto e perceber melhor a dinâmica do instituto, foi-me aconselhado, pela coordenadora do Centro de Desenvolvimento Empresarial do Centro, a leitura da Lei Orgânica do IAPMEI, I.P., Decreto-Lei nº.266/2012 de 28 de dezembro.

Mapeamento dos objetivos dos técnicos (SIADAP 3)

Após a leitura atenta do Decreto-Lei nº.266/2012 de 28 de dezembro, foi-me pedido pela coordenadora que fizesse a atualização do mapa do cumprimento dos objetivos dos técnicos, no âmbito do SIADAP 3.

O SIADAP é o Sistema Integrado de gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública e

“visa contribuir para a melhoria do desempenho e qualidade de serviço da Administração Pública, para a coerência e harmonia da acção dos serviços, dirigentes, demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências.” (artigo 1º, Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, Diário da República, 1ª Série, nº 250).

O SIADAP aplica-se à administração direta e indireta do Estado, daí o IAPMEI,I.P. ser abrangido por este sistema de avaliação. Contudo, dada a sua particularidade de instituto público, pode ser este sistema melhor adaptado à sua realidade institucional através de um regulamento interno aprovado pelo Governo.

O SIADAP encontra-se repartido em três subsistemas:

- Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública – SIADAP 1
- Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Dirigentes da Administração Pública – SIADAP 2
- Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública – SIADAP 3

A monitorização do cumprimento dos objetivos que tenho de fazer, aqui, está relacionada com os técnicos; daí me referir ao SIADAP 3.

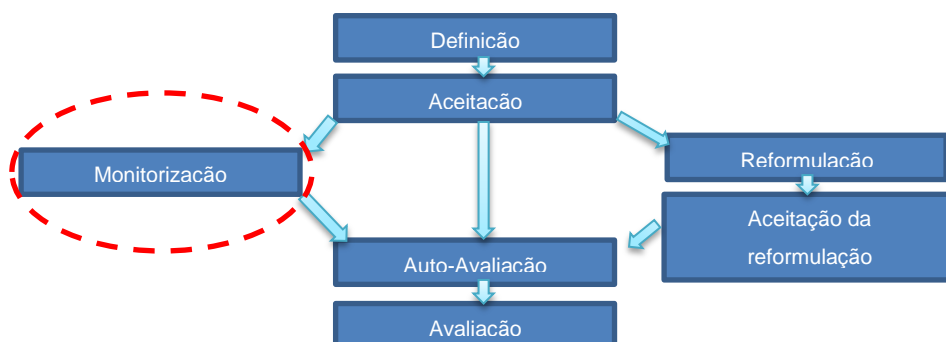


Figura 3: Processo evolutivo do SIADAP – localização da tarefa
Fonte: GEADAP

A tabela modelo construída pela coordenadora do CDE Centro, relativa aos objetivos de 2013, foi preenchida com dados pesquisados nos ficheiros internos do IAPMEI e que se foram apurando ao longo do desenvolvimento das tarefas dos técnicos.

Na tabela representativa dos objetivos de 2013, na coluna vertical esquerda estão listados os projetos a que cada técnico está afeto; na primeira linha horizontal estão os nomes. São também analisados os objetivos estabelecidos com os técnicos e os objetivos para o CDE – Centro.

Para que o acompanhamento fosse feito com maior rigor, posteriormente, elaborei diversas tabelas que espelhavam de forma mais detalhada as atividades realizadas pelos vários técnicos e, também, as tarefas desenvolvidas em cada mês do ano. Nas primeiras colunas constavam os projetos avaliados (tal como na figura 2), seguindo-se a data da atividade realizada e a sua identificação (por exemplo, nome da empresa visitada, denominação do(a) workshop/iniciativa).

CDE Centro

(atualizada a 14/09/2014 às 15:03 com a info disponibilizada na drive U)

Mapa de monitorização de objetivos por iniciativa do DGIC

Project	Designação	Objetivo	Técnicos												Realizado	Ponto de Situação	
			DAE Coimbra				DAE Aveiro		DAE Leiria		DAE Viseu		DAE Guarda	DAE Cov			
1	Intervenções públicas sobre apoios ao empreendedorismo.	6	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	4	0	5	10	Superado
	Alertas informativos.	50														27	
	Empresas e entidades a convidar para RNM.	120														110/27 <i>enviar + 10 convites</i>	
2	Visitas de assistência técnica.	90	3/14	5/14	4/14	5/14	13/24	14/24	12/24	6/24	7/14	4/12	4/14	3/14		80	
	Relatórios de assistência empresarial que possam ser utilizados para acompanhamento da execução do projeto.	90															
			3/14	5/14	4/14	4/14	13/24	16/24	12/24	6/24	7/14	4/12	4/14	3/14		81	
3	Visitas a empresas em fase Star-up.	30	0/8	0/8	5/8	3/8	4/4	3/4	2/4	4/4	2/4	2/12	0/6	1/6		26	
	Visitas a estruturas de Acolhimento a empreendedores.	15	1/2	0/2	2/2	1/2	1/6	2/6	3/6	3/6	1/6	1/6	0/4	4/4		16	
4	Assistência a empresas em dificuldades.	55	0/10	6/10	8/10	6/10	13/10	13/10	5/10	8/10	5/10	6/10	5/10	1/12		76	Superado
5	Workshop de capacitação de agentes de promoção do empreendedorismo.	2	1/2 (2013/2014)				0/1 (2014)		1/2 (2013/2014)		0/2 (2013/2014)		0/1 (2014)		0/1 (2013)	2	
	Nº de agentes de promoção do empreendedorismo.	20	17													17	
6	Sessões informativas sobre Gestão de Incentivos.	1														0	
	Nº de empresas participantes em sessões informativas sobre G.I.	50														0	
9	Empresas participantes na Tutoria para a Gestão da Formação.	10	1													16	Superado
10	Workshop de Capacitação de Agentes da Economia Digital.	3	1/2				1/2				1/2			2		16	
	Agentes da Economia Digital capacitados.	26	13				10				11					34	Superado
	Empresas satisfeitas e muito satisfeitas.	80%															
12	Ações de intermediação de empresas e Centros de Conhecimento.	15															
	Centros de Conhecimento caracterizados.	25	3/5 (3 em 2013)	2/5 (3 em 2013)	3/5 (3 em 2013)	3/5 (3 em 2013)	5/6	4/4	4/4	4/4	1/2	2/2	1/2	2/10		54	Superado
	Relatórios sobre Living Labs em Portugal.	1														1	
13	Observação e Promoção de Novas Abordagens à Inovação - Encontros com Fab Labs.	1	1			1										1	
	Relatórios sobre Fab Labs.	2														1	
14	Encontros para a competitividade com rede de fornecedores.	8														4	
	Empresas fornecedoras participantes.	105														30	
15	Caracterização de Micro Setores.	2															
16	Novas fichas de produto de PME Fabricantes Nacionais.	50														33	
	Atualização de fichas de Produtos Nacionais.	100														29	

Figura 4: Mapa de monitorização de objetivos utilizado em 2013
Fonte: Elaboração própria

No ano de 2014, foi alterado o mapa de monitorização de objetivos, de forma a que seja possível visualizar, não só os projetos e os técnicos que os cumpriram, mas, também, a evolução do seu trabalho ao longo do ano.

Desta forma, o novo mapa passou a ter, nas primeiras colunas, os vários projetos do novo plano de atividades, bem como os nomes dos técnicos e onde estão afetos. Na primeira linha horizontal estão os meses do ano. No final, será feita a soma automática de todos os projetos, o que poderá mostrar:

- O desempenho de cada técnico em cada projeto;
- O total de ações realizadas em cada projeto; e
- O que foi concretizado em cada mês do ano.

Na última coluna da tabela, é dado espaço, na rubrica “Descrição”, onde são enumeradas as atividades cumpridas, para que, ao olhar para os números, se perceba de imediato a sua razão.

TABELA DE MAPEAMENTO DE OBJETIVOS																			
(atualizada a xx/xx/2014 às hh:mm)																			
PROJETO	OBJETIVO INDICADOR	U.E.	TÉCNICO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	DATA	DESCRIÇÃO	
1. Serviço de Informação para Empreendedores	Nº de intervenções informativas sobre apoios específicos ao empreendedorismo		OM													0			
			BC													0			
		Baixo Mondego	FR													0			
		Pinhal Interior Norte	HN													0			
			HS													0			
		Baixo Vouga	BS													0			
			RS													0			
		Beira Interior Norte																	
		Serra da Estrela	MM													0			
		Beira Interior Sul																	
		Cova da Beira	LG													0			
		Pinhal Interior Sul																	
		Dão-Lafes	CL													0			
			LT													0			
		Pinhal Litoral	DS													0			
			PS													0			
		Total		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
	Nº de alertas informativos específicos sobre empreendedorismo criados e difundidos		OM													0			
			BC													0			
		Baixo Mondego	FR													0			
		Pinhal Interior Norte	HN													0			
			HS													0			
		Baixo Vouga	BS													0			
			RS													0			
		Beira Interior Norte																	
		Serra da Estrela	MM													0			
		Beira Interior Sul																	
		Cova da Beira	LG													0			
		Pinhal Interior Sul																	
		Dão-Lafes	CL													0			
			LT													0			
		Pinhal Litoral	DS													0			
			PS													0			
		Total		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			

Figura 5: Mapa de monitorização de objetivos utilizado em 2014

Fonte: Elaboração própria

Foram, igualmente, criadas tabelas auxiliares onde pode ser verificado, com maior pormenor, as atividades concretizadas por cada técnico, quando as realizou, onde e, quando se adequa à situação, o número de participantes e as datas dos relatórios.

Estas tabelas têm como principal finalidade auxiliar o processo de monitorização de cumprimento dos objetivos para que, quando chegue o momento de preenchimento das tabelas de avaliação oficiais, a coordenadora do CDE Centro conheça o que cada técnico fez, e quando fez (para saber se foi dentro do prazo estabelecido).

Base de dados informativa dos vários tipos de associações

A segunda tarefa que me foi proposta foi a construção de uma base de dados, em Excel, das associações da região Centro e que estão dentro da área de atuação do CDE Centro. A base de dados teve a seguinte divisão, para melhor facilitar pesquisas posteriores: associações empresariais, associações comerciais e industriais, associações nacionais e associações regionais). Para executar esta tarefa foi reunida alguma informação facultada pela assistente administrativa da Unidade de Extensão do Baixo Vouga, e informação pesquisada na internet.

Associação	Morada	Código Postal	Telefone	Fax	Pág. Web	Pessoa de Contacto	Email	CDE	Distrito	Concelho	Setor	Obs.

Figura 6: Layout das tabelas com informação sobre as associações
Fonte: Elaboração própria

Medidas de Apoio e Promoção ao Empreendedorismo (FINICIA e RNM)

Foi-me, também, pedido que fizesse um apuramento dos protocolos FINICIA que foram estabelecidos por cada CDE (relativo aos cinco CDE's do país) e, posteriormente, que elaborasse um mapa, em Excel, relativo à Rede Nacional de Mentores (RNM), onde fosse possível verificar quantos projetos foram aprovados, não aprovados, estão em análise ou por aprovar. O mapa encontra-se dividido por NUTS III e respetivos concelhos. Este mapa conduziu à facilitação de outra tarefa que teve por base o apuramento do número de mentores aprovados, incubadoras caracterizadas e de Páginas Amarelas do Conhecimento (PAC's) realizadas.

O FINICIA é um programa do IAPMEI que facilita o acesso a soluções de financiamento e assistência técnica na criação de empresas, ou em empresas na fase inicial do seu ciclo de vida. Para isso, o Estado conta com a colaboração de “*Business Angels*”, sociedades de garantia mútua, sociedades de capital de risco e instituições bancárias. Este programa está estruturado em quatro eixos:

- O eixo 0, que está direcionado para projetos de investigação de alta e média tecnologia que passarão para o mercado através da criação de uma empresa ou de um licenciamento industrial;
- O eixo I, que se destina a projetos (quer para criação de empresa, quer para PME's já existentes) com componente inovadora bastante relevante e com grande potencial de crescimento;
- O eixo II financia a criação de empresas ou de start-up's
- O eixo III pressupõe um protocolo FINICIA com os municípios, e dentro dos municípios aderentes poderão concorrer projetos, ou atividades, de grande relevância para a região.

Com vista à capacitação de empreendedores para a criação de novas empresas, o IAPMEI disponibiliza gratuitamente na plataforma FINICIA um guia prático “Como Elaborar um Plano de Negócios”, bem como uma folha de Excel devidamente estruturada, que auxiliam os futuros empreendedores – ou os que pretendem uma reestruturação e melhoria de resultados – no “pontapé de saída” do seu projeto.

Dentro deste programa, e da sua disponibilidade orçamental, o IAPMEI ainda poderá assumir os encargos relacionados com *coaching* e incubação das empresas.

Outra medida de incentivo do IAPMEI, dentro deste programa, está relacionado com o Estatuto PME Inovação, atribuído a projetos de criação e desenvolvimento de empresas com forte conteúdo de inovação. Este estatuto apenas é conferido se solicitado pela EECR ou SGM.

A iniciativa Rede Nacional de Mentores enquadra-se no Programa Estratégico +E+I e “tem como objetivo apoiar empreendedores a desenvolverem as suas ideias e projetos empresariais, através de mentoria”.

Incentivar este trabalho de parceria entre mentor-empendedor possibilita ao empreendedor colmatar falhas na definição de ideia de negócio, nos contactos com

potenciais clientes, falta de experiência na gestão de negócios e dificuldades na entrada no mercado e posterior presença.

Para iniciar este processo são necessários, em primeiro lugar, mentores com vontade de partilhar o seu conhecimento e experiências e que se inscrevam na plataforma. São igualmente importantes empreendedores com determinação para alcançar o sucesso da sua ideia de negócio, e para isso terá que fazer uma pesquisa de mentores na plataforma. Após este passo de procura de mentor, o empreendedor deve entrar em contacto com vários mentores e tentar despertar interesse em algum para colaborar com a sua ideia de negócio.

O IAPMEI disponibiliza, na plataforma online desta iniciativa, uma listagem de mentores que poderão ser contactados pelos futuros empreendedores.

Catálogo de PME Fabricantes Nacionais

Neste projeto pretende-se criar uma base de dados de PME que fabricam produtos nacionais. A base de dados é constituída por fichas de produtos com a designação do produto, o produtor, a sua morada, contacto telefónico e eletrónico bem como a sua página web (os que têm).

Neste âmbito, colaborei com os técnicos da Assistência Empresarial, pesquisando informação sobre empresas fabricantes dos produtos assinalados nos ficheiros internos.

Esta informação tem a finalidade de atualizar o supra referido catálogo.

Conferência da Inova-Ria - 10 anos de Rede Inovação

No final do mês de Outubro, marquei presença, com a coordenadora do CDE Centro, na Conferência Inova-Ria – 10 anos de Rede de informação. A comparência neste evento foi bastante vantajosa, pois adquiri maior conhecimento sobre um cluster, bastante relevante na nossa região. Além de ter tomado contacto com a dinâmica, evolução e dimensão do setor das telecomunicações tive oportunidade de conhecer os grandes desafios que se apresentam nesta área.

Apresentaram-se como principais desideratos o ritmo acelerado de transformação, a antecipação das mudanças, a capacidade que estas têm que ter para reagir proactivamente, e acima de tudo a agilidade para acumular todas estas transformações.

Relatório Mensal de Atividades – Atividades CDE Centro

No final de cada mês, foi elaborado um Relatório Mensal de Atividades, oportunamente enviado ao diretor da DAE, traduzindo de forma simplificada, as atividades desenvolvidas, dentro de cada projeto, naquele mês pelo CDE. Para executar esta tarefa, analisei os Relatórios Mensais de Atividades enviados por cada Unidade de Extensão do CDE Centro e agreguei a informação no modelo de relatório simplificado. Redigi, também, um modelo detalhado para acompanhamento da coordenadora. Esta tarefa de agregação e reporte de informação foi cumprida até ao 10º dia do mês seguinte, bem como o preenchimento dos relatórios relativos aos projetos de que a coordenadora do CDE Centro é interlocutora.

Relatório Mensal de Atividades – Projetos

Foi, também, desenvolvido no final de cada mês um relatório alusivo a cada projeto do plano de atividades. Cada projeto teve um interlocutor responsável pela redação de um relatório que reportava informação sobre o ponto de situação desse projeto (a nível nacional).

À coordenadora do CDE Centro coube o projeto dois de Visitas de Assistência Empresarial e o projeto 12 de Transferência de Conhecimento. Para executar este projeto aguardamos o reporte de informação dos vários CDE's do país, agregamos a informação num relatório que depois seguiu para os vários coordenadores dos CDE's para validação.

Após a resposta destes os resultados foram novamente analisados e retificados (quando se detetaram incongruências ou falhas de informação) e, finalmente, enviados ao diretor da DAE. Estes relatórios, além de facilitarem a confirmação do cumprimento dos objetivos e tarefas dos CDE's, visam facilitar a comunicação interna dentro de um organismo de escala nacional.

Iniciativa “Portugal Sou Eu”

Durante o mês de Dezembro foram organizados dois "Encontros para a Competitividade" com empresas no âmbito da iniciativa “Portugal Sou Eu”, do projeto Rede de Fornecedores. Estes encontros tiveram como principal função reunir, na sede de uma empresa, potenciais fornecedores para os produtos que concebem, para assim substituir a importação por compra nacional e estimular a cooperação entre empresas nacionais. O facto de a ação decorrer na sede da empresa anfitriã permite aos potenciais fornecedores estarem em contacto com os processos de produção da mesma e adaptarem melhor a sua oferta às necessidades do seu potencial cliente.

Dada a atual conjuntura económica do nosso país, a iniciativa “Portugal Sou Eu” surge da necessidade de dinamização do mercado interno português. No que a isto diz respeito, a valorização da produção nacional foi apontada como um dos fatores favoráveis ao sucesso desta medida.

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros nº 56/2011, foi criada a iniciativa “Portugal Sou Eu” que “visa a valorização da oferta nacional, superando o défice de perceção do seu valor intrínseco, bem como a dinamização de plataformas que permitam o encontro entre a oferta e a procura, e o incremento de condições para o estabelecimento de cadeias de fornecimento integradas, gerando um efeito positivo nas transações, quer no mercado interno, quer no mercado internacional”.

Esta iniciativa rege-se por quatro vetores fundamentais:

- *“Apoio à competitividade das empresas nacionais;*
- *Fomento da produção nacional de bens e serviços com acrescida incorporação de valor*
- *Estímulo da mudança de atitude dos consumidores e das empresas, no sentido de reconhecerem a qualidade intrínseca dos produtos e dos serviços nacionais*
- *Dinamização da procura de produtos e serviços que mais contribuem para a criação de valor em Portugal.”*

Os “Encontros para a Competitividade”, do projeto “Rede de Fornecedores” nascem precisamente dos valores presentes nesta iniciativa, sendo que ao IAPMEI cabe, enquanto representante do Estado e segundo a alínea d) do ponto 3 da supra referida Resolução, a “dinamização da interação entre empresas nacionais, designadamente

entre as PME e entre estras e as grandes empresas, criando e fomentando plataformas de encontro entre a oferta e a procura”.

Neste âmbito, preparei documentos como o programa do encontro, as cartas convite a enviar às potenciais empresas clientes/fornecedoras, bem como o registo de presenças.

No início deste ano civil, de 2014, foi-me pedido que redigisse um relatório com um balanço das atividades desenvolvidas, neste âmbito. O supra referido documento foi estruturado por setores de atividade das empresas envolvidas. Em cada setor, foram mencionadas as empresas propostas, foram apresentados os dados obtidos em relação às sessões, como os ramos de atividades, volume de negócio das empresas, o número de postos de trabalho, o valor das suas importações e ainda foram descritos pormenores relevantes atinentes a cada encontro.

Visita de Assistência Empresarial

No decorrer das atividades foi-me dada a oportunidade de participar na visita de assistência empresarial a uma empresa.

A visita foi feita àquela empresa porque, além de ter sido constituída à relativamente pouco tempo (Abril de 2013), encontra-se com um projeto de investimento de alguma relevância.

No momento da visita a empresa encontrava-se ainda em fase de instalação. Dedicar-se-á à produção da chapa de aço lacado de alta performance. O projeto em causa, contempla os investimentos necessários à implantação da respetiva unidade produtiva. Na visita, foi possível averiguar que as naves/pavilhões já se encontram edificadas e estão as restantes obras se encontram em estado avançado.

Em reunião com o CEO da empresa, foram detalhados assuntos como o cumprimento das datas, possíveis desvios nos valores de investimento (que neste caso não se prevêem), processo de licenciamento (que se encontra em curso) e financiamento.

No final, é elaborado o respetivo relatório, onde deve constar:

- o número do projeto;
- o nome da empresa visitada;
- a sua localização;

- a identificação do CDE;
- a data da realização da visita;
- a equipa responsável pelo deu projeto;
- a medida se enquadra;
- o motivo do acompanhamento; e
- o resumo da visita.

4. Empreendedorismo

4.1. O que é o Empreendedorismo?

O conceito de empreendedorismo tem sido bastante discutido pelos mais diversos agentes da sociedade, pois está associado ao crescimento económico. Inúmeras vezes ouvimos, no nosso dia-a-dia, dizerem que o empreendedorismo está na moda. Autores como Boava e Macedo (2009)⁵, que têm estudado a evolução do empreendedorismo, arriscam-se a dizer que está a decorrer uma transição do *homo economicus* para o *homo attentaturus*.⁶

Independentemente de tudo, o conceito fulcral subjacente ao empreendedorismo é a maximização. Sejam quais forem as motivações do homem, na base da atitude empreendedora está a maximização de algo, tirar o maior proveito possível de algo ou de alguma situação.

Tudo remonta ao período de formação do capitalismo, que coincide com início da Revolução Industrial. Primeiro na Grã-Bretanha, na segunda metade do século XVIII, alastrando-se aos Estados Unidos da América e à França, no início do século XIX⁷. Como é de conhecimento geral, a Revolução Industrial está relacionada com uma forte expansão das atividades empresariais, o que, à época, levou a que diversos países adotassem os modelos económicos e governamentais destas auspiciosas potências. A nação tornava-se mais poderosa quanto maior fosse o seu progresso económico.

⁵ Cit. por COSTA, Alessandra Mello da , et al– A Dimensão Histórica dos Discursos acerca do Empreendedor e do Empreendedorismo, p.182

⁶ *Homo economicus*: motivado através de estímulos salariais e materiais, maximizam a utilidade.

Homo attentaturus: o que está sempre atento às oportunidades, movido pelo espírito de aproveitar as oportunidades

⁷ <http://goo.gl/xHfY6> em 15/09/2014, às 14h50min

E é dentro deste contexto histórico que surge a primeira referência conhecida ao empreendedorismo e ao empreendedor, feita por Richard Cantillon (1755) na sua obra **Essay sur la nature do commerce en général**. Nesta obra, o autor afirma que o empreendedor:

“pay a fixed price for them at the place where they are purchased, to resell wholesale or retail at an uncertain price”.⁸

Deste modo, o autor reconhece a capacidade do empreendedor de conseguir transformar a procura numa oferta, ideia esta também defendida por Adam Smith (1776) n’**A Riqueza das Nações**.

Em 1816 (início do século XIX), Jean Baptiste-Say, de nacionalidade francesa, analisou os diversos factores que compõem o empreendedorismo e afirma que

“the entrepreneur is the agent who unites all means of production and who finds in the value of the products,(...) the re-establishment of the entire capital he employs, and the values of the wages, the interest, and rent which he pays, as well as profits belonging to himself”,⁹

centrando, assim, a sua atenção na criação de valor.

O empreendedor é aquele que é capaz de criar valor, passando de um estado de baixa produtividade para outro de alta produtividade, através da transferência de recursos económicos.

Quase um século após a primeira referência ao empreendedorismo, John Stuart Mill (1848)¹⁰, em **The Principles of Political Economy: with some of their applications to social philosophy**, refere-se ao empreendedor como aquele que corre riscos e que tem de tomar decisões com um capital limitado, dos quais resultam novos negócios. Desta forma, associa o empreendedorismo à criação de empresas privadas.

⁸ CANTILLON, Richard – An Essay on Economic Theory, p.74

⁹ DUARTE, Rosa Maria Tavares – Determinantes do Empreendedorismo: O papel dos BIC, p.5

¹⁰ MILL, Jonh Stuart - The Principles of Political Economy: with some of their applications to social philosophy

Outro autor, Carl Menger (1871)¹¹, na sua obra **Principles of Economics**, demonstra uma opinião ligeiramente diferente. Para este autor, o empreendedor é aquele que tem a capacidade de transformar recursos em produtos e serviços úteis, criando oportunidades que conduzem ao crescimento industrial.

Passados cerca de cinquenta anos, é a vez de Frank Knight (1921) definir o empreendedor como aquele que assume responsabilidade em decisões que envolvem risco e incerteza. O risco está relacionado com situações em que são conhecidas as probabilidades de desfecho, já nas situações de incerteza, as probabilidades de desfecho não são conhecidas.

Joseph A. Schumpeter (1968)¹² é um dos nomes mais sonantes quando se fala em empreendedorismo. Para este autor, o empreendedor é um gerador de desequilíbrios. Pai do termo “criação destrutiva”, revela-nos que este processo é a base da inovação, que pode tomar as mais variadas formas: introdução de um novo produto ou método de produção, abertura a um novo mercado, e é através da mudança que surge o desequilíbrio no mercado e advém a criação de novas empresas.

Schumpeter afirma que as empresas são resistentes à mudança, o que leva a que alguns indivíduos criem as suas próprias empresas para poderem desenvolver as suas ideias. Estabelece-se assim a ligação ‘empreendedor – criação de empresas’. Para o autor, o que está na base do empreendedorismo é o saber aproveitar as oportunidades, utilizando as capacidades individuais.

Em 1973, Kirzner adiciona outro fator, considerado importante na atualidade, para a definição de empreendedorismo. O autor revela que o empreendedor é aquele que está atento às oportunidades, detetando os desequilíbrios do mercado e corrigindo as suas ineficiências.

Segundo a bibliografia consultada, por detrás do conceito de empreendedorismo são, comumente, identificadas três premissas: a função económica do empreendedorismo, o risco e a oportunidade.

No que respeita às funções económicas do empreendedorismo, estas são narradas desde as primeiras referências, feitas por Richard Cantillon¹³. Também Adam Smith e

¹¹ Menger, Carl – Principles of Economics

¹² Cit. por SARKAR, Soumodip – Empreendedorismo e Inovação

¹³ “pay a fixed price for them at the place where they are purchased, to resell wholesale or retail at an uncertain price”

Jean Baptiste-Say as identificaram. A característica de risco associada ao empreendedorismo foi pela primeira vez referida por John Stuart Mill, tendo sido também identificada por Frank Knight. A última característica apontada ao empreendedorismo foi a oportunidade, que surge de uma reflexão de Shumpeter.

Atualmente, as tentativas de definição de empreendedorismo tendem a ter em conta estas três características: função económica, risco e oportunidade.

Passamos, então, às mais recentes tentativas de definição de empreendedorismo.

Segundo Dolabela (2006) o empreendedor é alguém que vive inconformado e que acredita que pode mudar o mundo. O autor considera que

“o empreendedorismo é um fenómeno cultural, ou seja, empreendedores nascem por influência do meio em que vivem”¹⁴

O Global Entrepreneurship Monitor (GEM), programa que avalia o nível de atividade empreendedora no mundo, resume o empreendedorismo de forma bastante alargada, dizendo que este é qualquer tentativa de concretizar novos negócios ou criação de risco, tais como o auto-emprego, nova empresa, ou expansão de um negócio já existente.¹⁵

Em 2003, o Livro Verde do Espírito Empresarial na Europa, define o empreendedorismo como

“uma atitude mental que engloba a motivação e capacidade de um indivíduo, isolado ou integrado num organismo, para identificar uma oportunidade e para a concretizar com o objetivo de produzir um novo valor ou um resultado económico. A criatividade ou a inovação são necessárias para entrar e competir num mercado já existente, para mudar ou até criar um novo mercado.”¹⁶

Infra, apresento um quadro onde estão sistematizados os principais autores consultados, as suas ideias sobre a temática e o foco da sua abordagem, para assim se perceber melhor a evolução do termo em causa.

¹⁴ DOLABELA, F. – O Segredo de Luísa, p. 32

¹⁵ GUTTERMAN, A. – Definitions of Entrepreneurship, p. 4

¹⁶ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – **Livro Verde do Espírito Empresarial na Europa**, p. 6 -7

Autores	Principais ideias dos autores sobre o empreendedorismo e o empreendedor	Foco da abordagem
Cantillon (1755)	“O empreendedor paga um determinado preço por um produto, para o revender a um preço incerto”	• Lucro (função económica)
Smith (1776) *	O empreendedor é aquele que é capaz de transformar a procura numa oferta	• Lucro (função económica)
Say (1816) *	“o empreendedor é o agente que une todos os processos de produção e encontra valor nos produtos, ele restabelece o capital que emprega, salários, juros e renda que paga bem como os lucros que a si pertencem”	• Criação de valor (função económica) • Lucro
Mill (1848)	“O empreendedor é aquele que corre riscos e que toma decisões com um capital limitado, de onde resultam novos negócios.”	• Risco (oportunidade)
Menger (1871)	“o empreendedor tem a capacidade de transformar recursos em produtos e serviços úteis criando oportunidades que guiam ao crescimento industrial”	• Criação de valor (função económica) • Oportunidade
Knight (1921)	“assume responsabilidade em decisões que envolvem risco e incerteza.”	• Risco (oportunidade)
Shumpeter (1968) *	“gerador de desequilíbrios”; “criação destrutiva”; “saber aproveitar as oportunidades, maximizando as capacidades individuais”	• Inovação • Oportunidade
Kirzner (1973, 1997) *	“Os empreendedores deslocam o mercado para o equilíbrio”; “indivíduos que estão alerta para as oportunidades de negócio lucrativas e utilizam a informação de que dispõem para formar juízos sobre a utilização eficiente dos recursos”	• Equilíbrio • Oportunidade • Lucro (função económica) • Utilização eficiente dos recursos (função)

		económica)
Stevenson et al. (1994) *	<p>“Prossecução de uma oportunidade sem olhar para quem controla os recursos”</p> <p>“Busca de uma oportunidade descontinuada envolvendo a criação de uma organização (ou sub-organização) com a expectativa de criação de valor para os participantes. O empreendedor é o indivíduo (ou a equipa) que identifica a oportunidade, reúne os recursos necessários, cria e é responsável pela performance da organização. Portanto, o empreendedorismo são os meios pelos quais novas organizações são formadas com os empregos resultantes e a criação de bem-estar”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade • Oportunidade • Criação de valor (função económica) • Criação de emprego (função económica) • Criação de bem-estar (função económica)
Carton, Hofer e Meeks (1998) *		
Entrepreneurship Center *	<p>“Empreendedorismo é o processo de identificação, desenvolvimento e captação de uma ideia para a vida. A visão pode ser uma ideia inovadora, uma oportunidade ou simplesmente uma forma melhor de fazer algo. O resultado final deste processo é a criação de uma nova empresa, formada em condições de risco e de uma incerteza considerável”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação e desenvolvimento de uma ideia (oportunidade) • Inovação, oportunidade ou melhoramento • Risco e incerteza
GEM (2004)	<p>“qualquer tentativa de criação de um novo negócio, nova iniciativa, tal como emprego próprio, uma nova organização empresarial, ou a expansão de um negócio existentes, por um indivíduo, equipa de indivíduos, ou negócios estabelecidos”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de novo negócio (oportunidade e função económica) •
Sarkar (2007)	<p>“processo de criação e/ou expansão de negócios que são inovadoras ou que nascem a partir de oportunidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão de negócios (função económica)

identificadas	• Oportunidades
---------------	-----------------

Tabela 1: Resenha dos conceitos "empreendedorismo" e "empreendedor", segundo os principais autores

* Cit. por SARKAR, Soumodip – Empreendedorismo e Inovação, p. 46 – 47

Da listagem apresentada, podemos constatar que os primeiros autores viam o empreendedorismo sob a sua forma mais economicista, visando o lucro e o proveito económico.

A partir da segunda metade do Séc. XIX, o empreendedorismo começou a ser visto como uma atitude de perspicácia perante as oportunidades que surgiam. O empreendedor era aquele que sabia aproveitar as oportunidades do mercado. Estas oportunidades estavam associadas ao risco e à incerteza.

Chegado o momento em que o empreendedor compreendia que o risco tinha valido a pena, a sua atitude traduzia-se em criação de valor, o que o faria ganhar vantagem no mercado. Surge então a função económica.

A principal diferença nas abordagens dos autores, ao longo do tempo, centra-se no facto de, os primeiros darem ênfase à finalidade da atitude empreendedora (a maximização de lucro, aumento de produtividade, destaque no mercado), enquanto os mais recentes se focam no comportamento do indivíduo e no método a prosseguir, para conseguir chegar ao fim em vista.



Figura 7: Tópicos orientadores do que é o empreendedorismo
 Fonte: Elaboração própria

4.2. Principais tipos de empreendedorismo

E com um leque tão vasto de definições e interpretações sobre o que é o empreendedorismo, observamos também uma diversidade enorme de formas e razões de o colocar em prática.

Empreendedorismo por necessidade: provem da falta de alternativas de emprego. Segundo o GEM (2012)¹⁷, o empreendedorismo por necessidade em Portugal representa 26,2% das razões (necessidade, oportunidade ou mistura das duas) pelas quais os cidadãos se sentem induzidos a abrir seu próprio negócio

Intra-empreendedorismo: o intra-empreendedorismo é uma forma particular de empreendedorismo. Relativamente ao contexto em que as ações decorrem, os empreendedores inovam por si próprios, enquanto que, os intra-empreendedores

¹⁷ GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – **GEM Portugal 2012: Estudo sobre o Empreendedorismo**, p. 21-22

inovam em nome de uma organização já existente. Segundo Macrae, N. (1976)¹⁸ “as empresas mais dinâmicas no futuro seriam as que encontrassem formas alternativas de fazer as suas atividades”. Já Naisbitt, J. (1988) afirmava que esta era uma forma de encontrar novos mercados e produtos. Na opinião de Kanter(1990) o intra-empendedorismo era essencial para a sobrevivência de uma empresa.

A definição de intra-empendedorismo em muito se assemelha à de empendedorismo corporativo, que visa essencialmente a criação de novos negócios dentro de uma empresa para melhorar a sua rendibilidade e a sua posição competitiva.

A investigação relacionada com o intra-empendedorismo tem seguido duas linhas orientadoras: os indivíduos que implementam inovação nas empresas que os empregam, e o processo de intra-empendedorismo. Na primeira linha de investigação são tidas em conta as características psicológicas e atributos pessoais, bem como a visão do intra-empendedor e os agentes de mudança. Na segunda linha de investigação são analisados fatores como a liberdade e autonomia no emprego como forma de estímulo à inovação e ao facto de o intra-empendedorismo poder ser uma estratégia de gestão para estimular o comportamento empendedor dos empregados.

De uma forma geral pode-se afirmar que o intra-empendedorismo é sinónimo de inovação, inovação esta, iniciada e implementada por empregados. Relativamente a este fenómeno nas pequenas e médias empresas, Carrier, C. (1996) aponta 6 razões para que seja estimulado:

- 1 – As características intra-empendedoras não são exclusivas das grandes empresas.
- 2 – Os intra-empendedores devem ser os primeiros aliados dos gerentes-proprietários no crescimento das PME.
- 3 – O facto dos intra-empendedores não constarem na literatura relativa às PME, não significa que não tenham o direito de aí pertencer.
- 4 – A perda de um intra-empendedor traz consequências mais sérias para uma PME do que para uma grande empresa.
- 5 – As PME são potenciais incubadoras de intra-empendedores.
- 6 – Os pequenos negócios proporcionam um ambiente favorável à inovação.

Este tipo particular de empendedorismo pode surgir de motivações intrínsecas - relacionadas com a motivação do indivíduo, motivações extrínsecas – relacionadas com

¹⁸ Cit. por SARKAR, Soumodip – Empendedorismo e Inovação, p. 48

a recompensa, motivações relacionadas com a experiência passada e objetivos futuros de carreira e motivações relacionadas com o contexto organizacional.

Empreendedorismo Social: Segundo Certo e Miller (2008)¹⁹ o empreendedorismo social envolve o reconhecimento, avaliação e exploração de oportunidades que resultam em valor social como a satisfação de necessidades básicas, por oposto à criação de riqueza pessoal ou dos acionistas. Através da inovação consegue-se resolver problemas sociais. Normalmente este tipo de empreendedorismo surge devido à deteção de uma necessidade social, à formação académica dos entrevistados e à sua prática profissional.

Empreendedorismo local: este fenómeno ocorre quando são criadas sinergias que promovem o aumento de empreendedorismo em determinada zona. Surge da interação dos diversos atores sociais, tais como, câmaras municipais, associações empresariais, universidades, associações locais (culturais, desportivas, cívicas, etc.), apoios da administração central do estado, o próprio tecido empresarial da região, a rede de acessos, a proximidade com o público-alvo. Todos estes fatores agregados propiciam o empreendedorismo local, e de certa forma é este tipo de empreendedorismo que vai ter principal enfoque neste trabalho, onde será analisada a promoção do empreendedorismo na Região do Baixo Vouga.

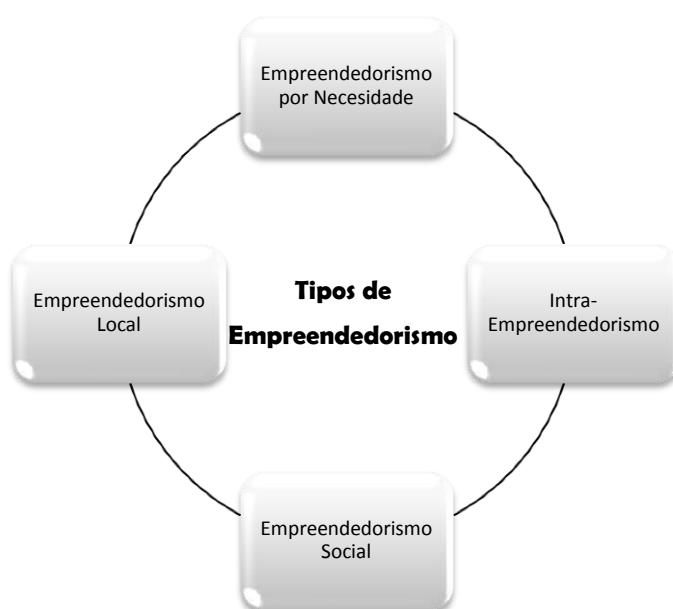


Figura 8: Tipos de Empreendedorismo
Fonte: Elaboração Própria

¹⁹ Cit. por BRAGA, Joana – Motivações no Empreendedorismo Social, p. 31

4.3. O empreendedor

Segundo Baumol (1993)²⁰ existem dois tipos de empreendedores:

- O que cria, organiza, e faz funcionar a empresa, independentemente de haver algo inovador ou não,
- E, aquele que é inovador por natureza, transforma produtos e métodos em oportunidade de negócio, independentemente de criar, ou não, a empresa.

Na opinião de Lowrey (2003), existem também dois tipos de empreendedores. Um, é aquele que se ocupa com a gestão rotineira da empresa e com o *status quo*; o outro, é o que cria vantagens competitivas para a empresa. Apesar do tipo de empreendedor com que o indivíduo se identifica, este tem sempre presente um desejo de realização.

Mas então, poderemos todos nós tornarmo-nos empreendedores, ou já nascemos com uma personalidade empreendedora?

Nos últimos anos tem sido analisada a personalidade de alguns empreendedores, na tentativa de perceber se o seu comportamento é inato ou é fruto da envolvente.

Em primeiro lugar, são identificadas algumas características de personalidade comuns nos empreendedores. Estes são definidos como pessoas com necessidade de realização, auto-controlo, auto-motivação, auto-confiança, domínio, independentes, tolerância ao risco, persistentes, responsáveis, com forte independência emocional e com boa capacidade de adaptação.

Nos seus estudos, McClelland consegue ainda identificar as características que distinguem os empreendedores com grande sucesso dos empreendedores comuns.

O espírito de iniciativa, a capacidade de comunicação, a identificação de oportunidades, a orientação eficaz, a qualidade no trabalho, o planeamento sistemático, a monitorização, o cumprimento do contrato de trabalho e a ênfase nas relações de negócios estabelecidas são pontos fulcrais para um empreendedor ter sucesso.

Se dermos uma vista de olhos no trabalho de Miner (1997)²¹, podemos identificar quatro tipos de empreendedores: os Personal Achiever, os Real Manager, os Expert Idea Generator e os Empathic Super-Salesperson.

²⁰ Cit. por SARKAR, Soumodip – Empreendedorismo e Inovação

²¹ Cit. por SARKAR, Soumodip – Empreendedorismo e Inovação, e por Van OFFEN, Woody – A Psychological Typology of Successful Entrepreneurs

O primeiro, o Personal Achiever, é o tipo de empreendedor que consegue mais sucesso. Luta para alcançar o seu sucesso, é motivado pelos seus objetivos e assume responsabilidade individual. Este tipo de empreendedor identifica-se com os que, normalmente, fundam empresas de alta-tecnologia.

O segundo, o Real Manager, é aquele empreendedor que gosta de exercer poder e que tem necessidade de se manter constantemente atualizado. Normalmente, são ótimos comunicadores, que demonstram aptidão para tarefas de gestão rotineiras e apresentam atitude positiva.

O Expert Idea Generator é um empreendedor inteligente, que acredita profundamente nas suas ideias, que consegue resolver facilmente os seus problemas e que revelam alguma aversão ao risco.

Por fim, o último empreendedor identificado por Miner é o Empathic Super-Salesperson, que é o mais carinhoso, foca-se no cliente, é empático e valoriza a relação harmoniosa com o próximo.

5. Formas de Promoção do Empreendedorismo

5.1. Financiamento

O processo empreendedor é algo complexo.

Segundo o Livro Verde para o Financiamento a Longo Prazo, um dos fatores inerente às medidas de reforço do financiamento da economia europeia é a facilidade com que as PME conseguem aceder a financiamento junto dos setores bancários e não bancários.

Um dos problemas que mais tem afetado as empresas prende-se com a sua dependência do financiamento bancário. Com a menor disponibilidade do setor bancário para o financiamento empresarial, foram sendo desenvolvidas alternativas. A Comissão Europeia aconselha o desenvolvimento do capital de risco, o fortalecimento e aumento dos mercados e redes dedicados às PME, criação de novos instrumentos de titularização para PME's, rever as normas em matéria de avaliação do risco de crédito das PME's e a promoção de outras fontes de financiamento "não tradicionais".

A Comissão Europeia, no seu "Plano de acção para melhorar o acesso das PME ao financiamento" elenca as medidas que irá adotar no âmbito desta temática. Como medidas regulamentares, elaborará nova legislação no domínio do capital de risco, irá

prepara um quadro regulamentar para o investimento em capital de risco, levará a cabo reformas fiscais em favor das PME, irá rever as regras em matéria de auxílios estatais, procurará dar maior visibilidade aos mercados de PME e às PME cotadas, conduzirá a uma redução dos encargos com a prestação de informações para PME cotadas, dará início a um estudo com foco no impacto, sobre as PME, dos requisitos de capital aplicáveis aos bancos e acelerará a implementação da Diretiva relativa aos atrasos de pagamento. Como medidas financeiras, procurará medidas que melhorem a concessão de crédito às PME e fortalecerá as medidas destinadas a melhorar o acesso ao capital de risco e outros tipos de financiamento de alto risco.

Irá, também, tomar outras medidas, como melhorar a informação para as PME, realizará um melhor acompanhamento do mercado de crédito às PME, fomentará a atividade dos investidores providenciais e os investimentos transfronteiriços e promoverá a informação sobre o acesso das PME aos mercados de capitais

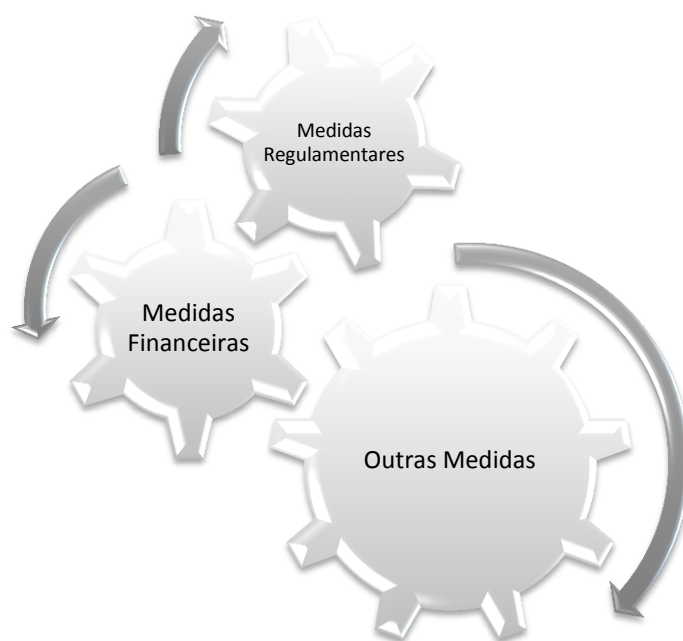


Figura 9: Tipo de medidas adotadas pela Comissão Europeia para melhorar o acesso das PME ao financiamento
Fonte: Plano de Ação Para Melhorar o Acesso das PME ao financiamento

Regressando a um mundo mais real e mais próximo de nós, o Instituto Politécnico de Leiria, no seu Manual do Empreendedor, mostra-nos, através do estudo que elaborou, quais as fontes de financiamento mais adequadas de acordo com cada estágio em que o empreendedor se encontra.

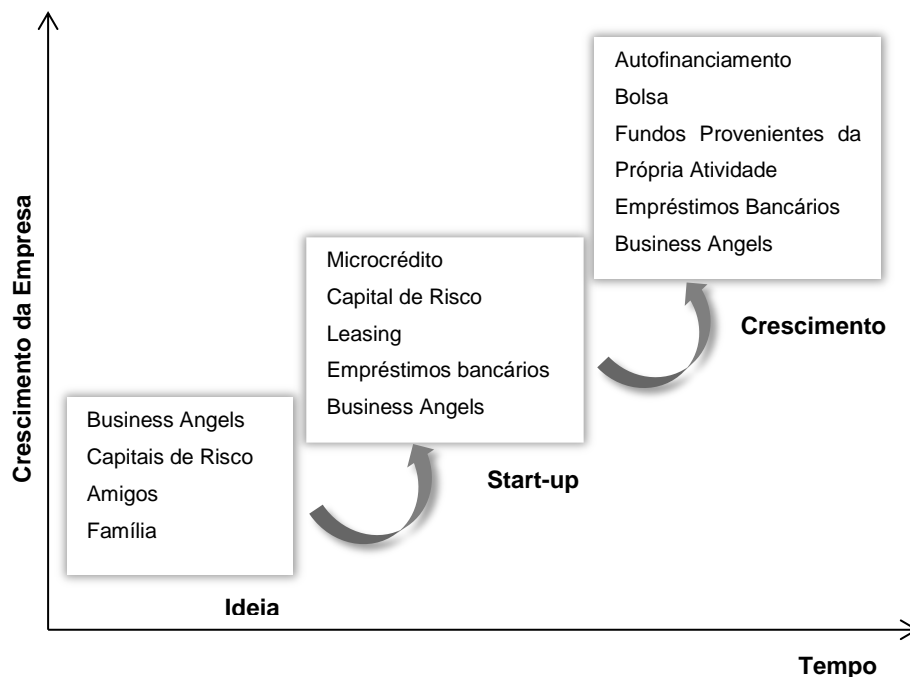


Figura 10: Fontes de Financiamento mais adequadas de acordo com cada etapa
 Fonte: Manual do Empreendedor (IPL)

5.1.1. Recursos financeiros do próprio empreendedor, família e amigos

Os recursos financeiros do próprio empreendedor, como a própria designação indica, provêm das poupanças pessoais do empreendedor, dos seus bens ou dos trabalhos paralelos a esta nova função. Segundo Ferreira (2008)²² “estes recursos são necessários para iniciar a atividade, e são também um garante perante investidores externos de que o empreendedor está empenhado no sucesso..., trabalhando e resolvendo os problemas, que surjam, buscando o sucesso, comprometendo o seu tempo e esforço.”

No início da atividade, o apoio dos familiares e amigos pode ser imprescindível. No entanto, ²³ “estas fontes de financiamento apenas conseguem fornecer pequenos montantes de capital, sendo por isso adequadas a pequenos novos negócios”

5.1.2. Business Angels

Os Business Angels são investidores individuais que investem o seu capital, conhecimentos e experiência em projetos levados a cabo por novos empreendedores, ou em processo de desenvolvimento, ou que se encontram em fases críticas.

A sua participação traduz-se numa entrada no capital da empresa, por um determinado período de tempo, que mais tarde será alienado. É portanto, seu objetivo a valorização a médio prazo.

²² Cit. por AGUIAR, M.L. – O empreendedorismo como factor dinamizador da competitividade regional: o papel do financiamento, p. 27

²³ Cit. por AGUIAR, M.L. – O empreendedorismo como factor dinamizador da competitividade regional: o papel do financiamento, p. 27

Trata-se de uma oportunidade para projetos empresariais inovadores, ou com potencial de crescimento. Normalmente, os BA integram a gestão da empresa:

“participa em projetos com *smart money*, isto é, para além de aportar capacidade financeira também contribui com a sua experiência e *network* de negócios”²⁴

Segundo o Expresso²⁵, o que atrai este tipo de investidores é uma boa equipa, a perfeita identificação da oportunidade e projetos com potencial de internacionalização. Em troca da sua participação exigem dedicação total da equipa, capacidade de interagir com o mentor e transparência. A mesma fonte alerta para alguns erros comuns, como a sobrevalorização do projeto, bem como a tecnologia em detrimento do mercado, a falta de preparação na abordagem aos investidores, a ausência de estratégia e uma equipa mal preparada ou desadequada.

Os fundos Business Angels podem, também, concorrer a apoios públicos. Através do FINOVA – Fundo de Apoio ao Financiamento e Inovação – podem ter acesso à Linha de Financiamento a Investidores Informais em Capital de Risco e à Linha de Financiamento a Operações Desenvolvidas por Business Angels. O principal objetivo destas linhas é desenvolver o mercado de financiamento através de investidores em capital de risco e facilitar o acesso de PME's com cariz inovador, ao capital de risco.

Na região do Baixo Vouga existe uma associação Business Angels, denominada Associação ABAC – Aveiro Business Angels Clube.

5.1.3. Capital de Risco

Os primeiros investimentos feitos que se assemelham a investimentos em capital de risco remontam à época dos Descobrimentos. Nas primeiras expedições marítimas o risco de perda total do investimento era grande, mas havia uma grande expectativa relativa aos lucros associados, caso fossem bem-sucedidas.

Pode definir-se Capital de Risco como

²⁴ <http://www.apba.pt/o-que-e-um> em 17/09/2014, às 15h57min

²⁵ <http://expresso.sapo.pt/15-verdades-sobre-ibusiness-angelsi=f719900> em 20/09/2014, às 10h48min

“forma de financiamento empresarial, com o objetivo de financiar empresas, apoiando o seu desenvolvimento e crescimento, com forte reflexos na sua gestão”²⁶

Estes tipos de investimentos são, essencialmente, direcionados para empresas em fase start-up ou para PME's com projetos inovadores de elevado potencial que tenham em vista a expansão. Dado os investidores de capital de risco só obterem os seus lucros com o sucesso das empresas, é de todo o seu interesse auxiliar os empreendedores na gestão do negócio, integrá-los e fazê-los participar na sua rede de negócios.

Em Portugal o IAPMEI é o principal financiador público deste tipo de financiamento. É acessível a PME's nacionais, com necessidades de capital próprio com vista à criação de empresas inovadoras e de base tecnológica, expansão, modernização, internacionalização ou modernização.

As vantagens deste tipo de financiamento compreendem a sua adequação às necessidades da empresa, a não exigência de garantias, não é pedido o pagamento relativo a qualquer encargo financeiro e facilita o acesso a capitais alheios tendo em vista o reforço dos capitais próprios²⁷.

No nosso país, são considerados investidores qualificados o Estado, os organismos e instituições financeiras comunitárias e internacionais, as Sociedades de Capital de Risco e os Fundos de Capital de Risco, as instituições de crédito, as sociedades financeiras, as empresas de investimento, as instituições de investimento coletivo e respetivas sociedades gestoras, as empresas seguradoras, as sociedades gestoras de fundos de pensões, as sociedades gestoras de participações sociais, as sociedades abertas, as fundações e associações, as entidades colocadoras de unidades de participação por conta de outrem e os consultores autónomos²⁸

Este tipo de financiamento traduz-se numa mais-valia para as empresas porque auxilia no reforço da sua estrutura financeira e facilita o acesso a outras fontes de financiamento, tornando a empresa mais credível.

O IAPMEI apresenta como solução de capital de risco o programa FINICIA, que visa essencialmente projetos com forte potencial de comercialização, projetos com forte conteúdo inovador e projetos emergentes de pequena escala.

²⁶ IAPMEI – Guia Prático do Capital de Risco, p. 5

²⁷ <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=2675>, em 27/09/2014, às 11h30min

²⁸ IAPMEI – Guia Prático do Capital de Risco, p. 19

Tipo de Entidades	Designação
Sociedades de Capital de Risco	APCRI – Associação Portuguesa de Capital de Risco e de Desenvolvimento
	CHANGE PARTNERS – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
	PORTUGAL CAPITAL VENTURES – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Fundos de Capital de Risco	FAST CHANGE – Fundo de Capital de Risco
	FCR M Inovação – Fundo de Investimento de Capital de Risco BCP Capital
	FCR PME/BES – Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados
	FSCR – Fudo de Sindicação de Capital de Risco PME – IAPMEI
	Fundo Caravela – Fundo de Capital de Risco
	Fundo de Capital de Risco – CAPVEN – Banif Capital
	Fundo de Capital de Risco Banco EFISA – Dinamização e Competitividade Empresarial
	Fundo de Capital de Risco CENTRAL FRIE
	Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures 2
	Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Global
	Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Global 2
	Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures TIEC
	Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Valor
	Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Valor 2
	ISQ Capital – Fundo de Investimento de Capital de Risco para Investidores Qualificados
	NOVABASE CAPITAL – Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados
Fundos de Investimento	FACCE – Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação das Empresas
	FINOVA – Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação
Fundos Imobiliários	FIEAE – Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas
Fusões e Aquisições	FRME, SGPS, S.A.
Garantia	FCGM – Fundo de Contragarantia Mútuo

	GARVAL – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.
	LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.
	NORGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.
Sociedades de Investimento	PME Investimentos – Sociedade de Investimentos, S.A.
	SPGM – Sociedade de Investimentos, S.A.
Titularização de Créditos	FGTC – Fundo de Garantia para Titularização de Créditos

Tabela 2: Entidades e Fundos Participados pelo IAPMEI

5.1.4. Crowdfunding

A primeira expressão a surgir dentro desta família de palavras foi crowdsourcing, mas rapidamente despontou o crowdfunding. Segundo Lambert e Schvienbacher²⁹ o crowdfunding é:

“um convite aberto, normalmente feito através da Internet, para a provisão de recursos financeiros, quer em forma de doação em troca de direitos de voto, ou outro tipo de recompensas, com o objetivo de apoiar iniciativas com fins específicos.”

Para Voornraak³⁰ é:

“um processo em que uma das partes solicita e recebe dinheiro, e outros recursos, de vários indivíduos para o financiamento de um projeto, em troca de um retorno monetário, ou não monetário, do investimento.”

Normalmente, no processo de crowdfunding, intervêm três tipos de intervenientes: os intermediários, os interessados e os investidores. Os primeiros estão entre os interessados e os investidores e costumam estar por detrás das plataformas, os interessados pretendem captar recursos para terem acesso ao mercado, como por exemplo fundraisers e empreendedores, e os terceiros são os investidores, que pretendem investir no negócio ou na ideia/projeto.

²⁹ Cit. Por TOMCZACK, A.et BREM, A. – A conceptualized investment modelo of crowdfunding, p.338

³⁰ Cit. Por TOMCZACK, A.et BREM, A. – A conceptualized investment modelo of crowdfunding, p.339

Existem dois tipos de crowdfunding – o directo e o indirecto. O direto ocorre quando um interessado faz um apelo direto a um determinado grupo/tipo de investidores através das suas próprias plataformas de captação de recursos (ex.: os sites na internet dos próprios interessados). O indirecto acontece quando é feito um apelo geral ao financiamento, a um público amplo. Esta distinção é importante pois mostra que, se tiver conhecimento de possíveis investidores, os interessados não necessitam dos intermediários.

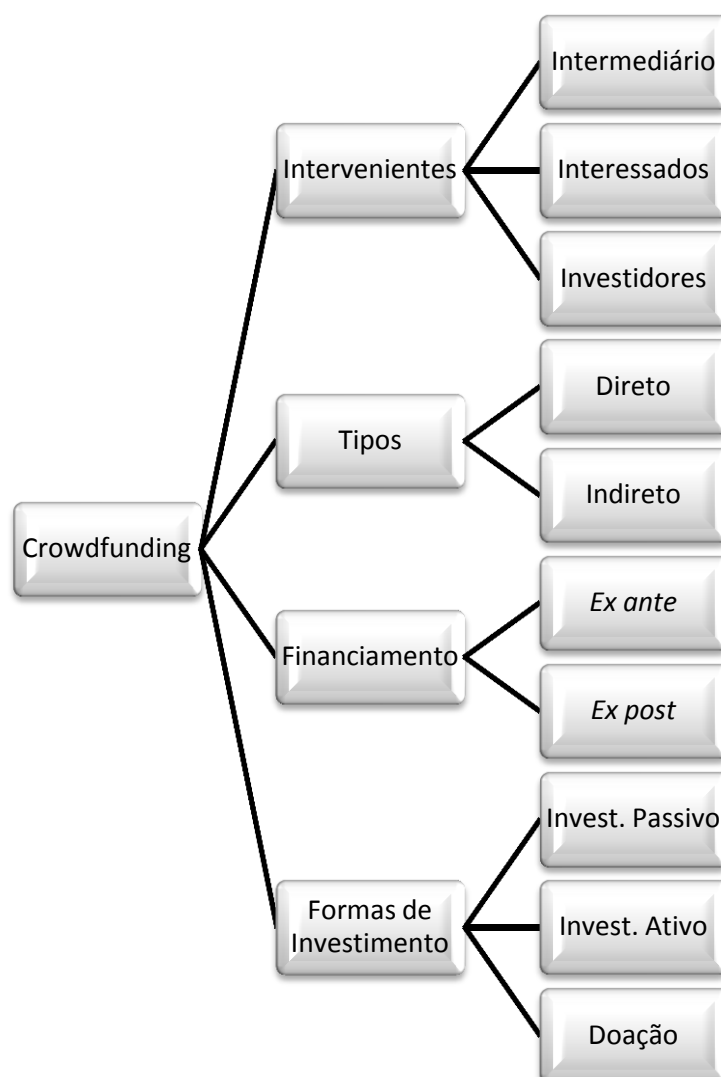


Figura 11: Processo de Crowdfunding

No que respeita ao financiamento este pode ocorrer *ex ante* ou *ex post*. No financiamento *ex ante* os investidores financiam um projeto que ainda não está concluído, ainda está na fase experimental ou na criação do seu produto final. Neste tipo de investimento, os investidores têm uma relação direta com a realização do produto. No financiamento *ex post* o apoio financeiro é oferecido em troca do produto.

No que concerne às formas de investimento, pode ser um investimento passivo, ativo ou uma doação. No investimento passivo o investidor não procura investir nas decisões das empresas. No investimento ativo o investidor pode participar e intervir ativamente no projeto. Quando é feita uma doação, o investidor doa o dinheiro à empresa sem esperar recompensa.

As principais plataformas de crowdfunding a atuar em Portugal são:

- PPL
- Massivemov
- Mark Up
- Novo Banco Crowdfunding

5.1.5. Banca

Numa fase inicial, os bancos têm receio em conceder créditos a pequenos e médios empresários, dada a sua fragilidade no mercado. Concedem, preferivelmente, a empresas que já estejam no mercado à mais tempo e que dêem provas de estar mais seguras.

Segundo o Banco de Portugal as entidades bancárias a atuar em Portugal são as seguintes:

- Banco Ativo Bank, S.A.
- Banco BAI Europa, S.A.
- Banco Banif Mais, S.A.
- Banco BIC Portugal, S.A.
- Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.
- Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A.
- Banco BPI, S.A.

- Banco Comercial Português, S.A.
- Banco Credibom, S.A.
- Banco de Investimento Global, S.A.
- Banco de Investimento Imobiliário, S.A.
- Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.
- Banco Espírito Santo dos Açores, S.A.
- Banco FINANTIA, S.A.
- Banco INVEST, S.A.
- Banco L. J. Carregosa. S.A.
- Banco Madasant – Sociedade Unipessoal, S.A.
- Banco Novo Banco, S.A.
- Banco Popular Portugal, S.A.
- Banco Português de Gestão, S.A.
- Banco Português de Investimento, S.A.
- Banco PRIMUS, S.A.
- Banco Privado Atlântico – Europa, S.A.
- Banco Rural Europa, S.A.
- Banco Santander Consumer Portugal, S.A.
- Banco Santander Totta, S.A.
- BANIF – Banco de Investimento, S.A.
- BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A.
- BANCO EFISA, S.A.
- BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.
- Caixa – Banco de Investimento, S.A.
- Caixa Geral de Depósitos, S.A.
- Montepio Investimento, S.A.
-

Este tipo de crédito aos empreendedores não implica o envolvimento do investidor no projeto, no entanto, são necessárias garantias tangíveis.

5.1.6. Microcrédito

O microcrédito nasceu nas década de 70, no Bangladesh, quando o Prof. Mohammad Yunus reparou que nas suas aulas pouco contribuía para o desenvolvimento da sociedade, isto porque a maioria dos seus alunos não tinha como financiar o seu próprio negócio e, limitava-se a ser funcionário de outrem. Na tentativa de inverter a situação, o professor – então galardoado com o Prémio Nobel da Paz – despendeu de uma quantia irrisória do seu próprio ordenado (27\$) e deu oportunidade a que mais alguns promissores empreendedores (que anteriormente não tinham meios financeiros para colocar em prática a sua ideia de negócio) levassem a cabo os seus projetos.

Importa, então, definir melhor este conceito.

Segundo Alves (2006)³¹ o microcrédito é

“um instrumento de promoção da iniciativa e do empreendedorismo de pessoas que, vivendo em situação de exclusão ou pré-exclusão e não tendo acesso ao crédito normal do sistema financeiro, demonstram capacidade de poderem vir a desenvolver um negócio bem sucedido.”

Em Portugal o microcrédito surgiu em 1998 com a criação da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC). A Associação Nacional de Direito ao Crédito apoia de forma gratuita empreendedores para que tenham oportunidade de desenvolver a sua ideia de negócio, oferece apoio a quem não consegue financiamento bancário normal e realiza um acompanhamento gratuito e de proximidade, desde a preparação do plano de negócios até ao final do reembolso do empréstimo³².

Segundo a mesma, o microcrédito é uma forma de fomentar o empreendedorismo, incentiva a inserção profissional e incita à confiança e à responsabilidade.

Os principais destinatários deste tipo de financiamento são os desempregados, os jovens à procura do primeiro emprego e os trabalhadores em regime precário.

³¹ Presidente da Associação Nacional de Direito ao Crédito

³² <http://www.microcredito.com.pt/sobre-a-andc/a-andc/o-que-fazemos/12>

O microcrédito pode ser pedido nas situações em que o empreendedor não tem acesso ao crédito bancário normal, não tem prestações em dívida, cheques devolvidos ou inibições por parte do Banco de Portugal, está desempregado ou se encontra em situação precária, bem como quando as ideias de negócio têm boas perspetivas de sucesso.

Após cerca de dez anos de o microcrédito ter surgido em Portugal, deram-se os primeiros passos no sentido regulatório.

Segundo o Decreto-Lei nº 12/2010, de 19 de Fevereiro

“os financiamentos concedidos pelas entidades financeiras de microcrédito não podem ser aplicados em finalidade diferente daquela para a qual foram concedidos.” e

“as sociedades financeiras de microcrédito devem fiscalizar e acompanhar a aplicação de empréstimos, tendo em vista a finalidade para a qual foram concedido, devendo para o efeito os mutuários fornecer as informações solicitadas e autorizar as vistorias e verificações que forem consideradas adequadas”

Segundo o Governo, o articulado enquadra-se nas medidas de promoção do empreendedorismo, que auxiliará no impulso da economia, bem como no desenvolvimento de novos postos de trabalho.

5.1.7. Subsídios

Segundo Audretsch (2003), existe uma relação positiva entre o fomento do empreendedorismo e os resultados económicos em termos de crescimento, de sobrevivência, de inovação, de criação de emprego, de mudança tecnológica, de aumento de produtividade e de exportação.

Posto isto, a Comissão Europeia tem apostado na promoção da reindustrialização e modernização da economia europeia. Como as PME's representam um motor no que respeita ao crescimento económico, emprego e integração social, os seus esforços visam reforçar a competitividade e sustentabilidade das PME's, apoiar as que já existem, promover uma cultura empresarial, e fomentar o crescimento económico e equilibrado.

Detetadas as lacunas que prejudicam a competitividade das PME's europeias – dificuldades no acesso ao financiamento, dificuldades no acesso ao capital de risco e as

baixas taxas de internacionalização – é criado o programa COSME³³ que tem como principais objetivos:

- “ • Melhorar o acesso das PME ao financiamento, sob a forma de capital e de dívida;
- Melhorar o acesso aos mercados, especialmente ao território da União, mas também a nível mundial;
- Melhorar as condições de enquadramento da competitividade e da sustentabilidade das empresas da União, especialmente as PME;
- Promover o empreendedorismo e o espírito empresarial.”

Este programa inclui ações que visam melhorar o acesso das PME's ao financiamento (seed capital, business angels); ações para melhorar o acesso aos mercados – como ações de informação e sensibilização; ações para melhorar as condições de enquadramento da competitividade e sustentabilidade das PME's, como desenvolvimento de testes das PME's, promoção da colaboração transnacional entre pólos industriais e redes de empresas e promoção do desenvolvimento de produtos, serviços, tecnologias e processos sustentáveis; ações que promovam o empreendedorismo, como a redução de barreiras à criação de empresas, estímulos às empresas sustentáveis, às novas empresas, ao crescimento, à transmissão de empresas, à reativação, potenciais empresários e ideias de negócios, aos jovens empreendedores, às mulheres empreendedoras, apoio a programas de mobilidade de empreendedores e promoção da educação e obtenção de competências e atitudes favoráveis ao empreendedorismo.

Estando a apostar na reindustrialização e na modernização da economia europeia, a Comissão tem lançado outras iniciativas que estimulam essa finalidade. Refiro-me a fundos como o JEREMIE, JESSICA e JASMINE³⁴.

JEREMIE (Joint European Resources for Micro to Medium Enterprises) é uma iniciativa da Comissão Europeia em conjunto com o Fundo Europeu de Investimento que apoia:

- A criação de novas empresas ou a expansão de empresas já existentes;

³³ REGULAMENTO (UE) Nº. 1287/2013 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 11 de Dezembro de 2013

³⁴ http://ec.europa.eu/regional_policy/thefunds/instruments/index_pt.cfm

- O acesso a capital de investimento por parte das PME's;
- A investigação direccionada às empresas, transferência de tecnologias, inovação e empreendedorismo;
- A modernização tecnológica que contribuía para a economia de baixo carbono.

JESSICA (Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas) que é promovido pela Comissão Europeia, Banco Europeu de Investimento e Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, promove a regeneração e desenvolvimento urbano sustentáveis. O seu apoio às PME's remete para a criação de novas empresas em setores como as TIC e/ou I&D.

JASMINE é uma ação comum de apoio às instituições de microfinanciamento da Europa e tem como principal finalidade as capacidade dos fornecedores de microcrédito e das instituições de microfinanciamento.

5.2. Tripla Hélice

A relação entre universidade, governo e indústria tem sofrido evoluções ao longo das últimas década.

Num primeiro momento, temos um estado que controla quer a indústria, quer as universidades, pois é ele que lhes fornece os principais recursos. Este modelo encontra-se em sociedades em que o Estado assume um papel de absoluto controlo da economia, que em Portugal se equipara à altura da ditadura.



Figura 12: Interação entre Governo-Industria-Universidade, numa situação de Estado controlador
Fonte: Etzkowitz (2003)

Num segundo momento, assistimos à atuação separada destes três atores (governo, universidade e indústria). O governo assume funções apenas regulatórias, as universidades apenas realizam investigações básicas e “lançam” mão-de-obra qualificada, e a indústria tenta aplicar na prática o conhecimento que os seus profissionais adquiriram na universidade.

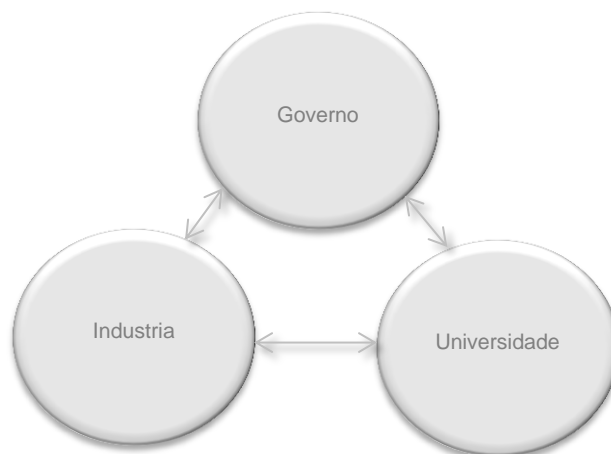


Figura 13: Interação entre Governo-Indústria-Universidade num Estado *Laissez-Faire*
Fonte: Etzkowitz (2003)

Da evolução destes dois modelos de interação resulta um terceiro, que se assemelha à realidade deste momento, em que os três intervenientes se afetam e influenciam, levando a uma nova redefinição das suas competências.

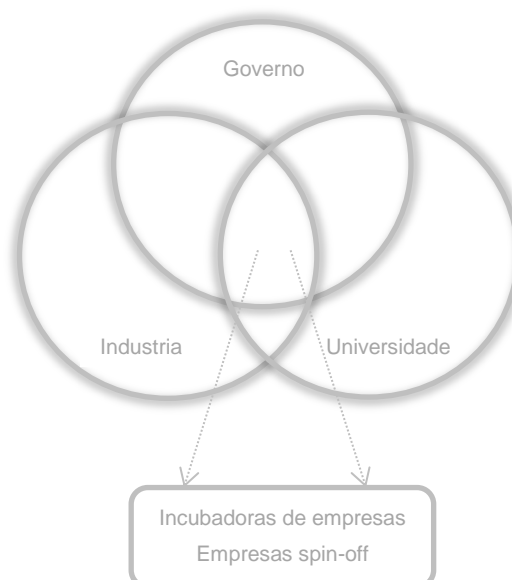


Figura 14: Modelo de interação entre Governo-Indústria-Universidade numa situação de Tripla-Hélice
Fonte: Etzkowitz (2003)

Para Etzkowitz (2003), o modelo de tripla-hélice chega a ser mesmo mais complexo que o próprio DNA do ser humano, que é composto apenas por hélice dupla. A evolução da

relação entre os três intervenientes evoluiu neste sentido porque a economia está, cada vez mais, baseada no conhecimento. Assim, sendo a universidade uma instituição produtora de conhecimento, faz todo o sentido que integre este processo, que tem subjacente a inovação. No entender de Etzkowitz e Leydesdorff (2000) o objetivo da tripla hélice passa por conseguir um ambiente inovador que fomente o empreendedorismo. Para isso é necessário reunir condições como:

- Criação de empresas *spin-off* (através das universidades);
- Geração de iniciativas que levem a um maior desenvolvimento económico (por exemplo: incubadoras de empresas);
- Instituições, sem fins lucrativos, que sejam uma mistura de laboratórios governamentais e unidades de investigação académica;
- Desenvolvimento de relações e parcerias entre grandes empresas e PME's.

Para reunir as condições acima descritas é necessário que haja um comportamento híbrido e as universidades passem a adotar determinados comportamentos semelhantes aos das empresas, as empresas tentarem seguir as universidades e os governos adotarem práticas semelhantes às da gestão privada.

Segundo Etzkowitz *et. al* (2000^a) esta relação entre os três atores requer uma redefinição das suas características:

- A universidade deve adquirir um papel mais empresarial, potenciar o desenvolvimento económico e redefinir a sua estrutura organizacional (misturando departamentos e áreas científicas, criando novas disciplinas melhor adaptadas à realidade);
- A nível industrial, deve ser redefinida a missão da indústria, e a ciência deve ter, cada vez mais, em conta as necessidades industriais. A sua nova estrutura organizacional deve atentar a uma maior proximidade com a universidade;
- No que respeita ao comportamento governamental, deve ser criada maior proximidade com a universidade e a indústria, integrá-las mais na formulação de políticas, para que estas sejam adequadas à realidade.

5.3. Educação para o Empreendedorismo

Sendo o empreendedorismo uma peça fundamental no puzzle da economia contemporânea, é importante sensibilizar os jovens desde cedo.

Em Portugal, a Resolução da Assembleia da República nº 58/2012 recomenda que a sensibilização dos mais jovens se inicie logo no ensino básico.

Segundo a Comissão Europeia (2006) a educação para o empreendedorismo é importante porque além de aumentar as taxas de sucesso das novas empresas criadas, estimula a criatividade, inovação e auto-confiança, que de certa forma resulta num maior desenvolvimento pessoal.

As recomendações feitas pela Comissão Europeia³⁵ aconselham à coerência entre os programas educativos e o estabelecimento de cooperação entre os serviços, ao apoio prático das escolas e formação dos professores, no que respeita à temática do empreendedorismo, à participação de intervenientes externos e de empresas, pelo que deve aumentar a cooperação entre estas entidades e as escolas e à promoção do empreendedorismo no ensino superior.

6. Programas e apoios aplicados no Baixo Vouga

6.1. Caracterização do Baixo Vouga

A NUTSII Centro é composta por doze NUTSIII: Baixo Mondego, Baixo Vouga, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Dão-Lafões, Médio Tejo, Oeste, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral e Serra da Estrela. A área de atuação do Centro de Desenvolvimento Empresarial recai sobre dez NUTSIII da região Centro, sendo que sai da sua área de trabalho as NUTS III Médio Tejo e Oeste. Assim, a área de atuação do CDE Centro do IAPMEI, I.P. tem uma extensão de 23 673,21km².

Vamos, no entanto, focar a nossa atenção na NUTS III Baixo Vouga, que corresponde à área de atuação da Unidade de Extensão do Baixo Vouga do IAPMEI, I.P.

³⁵ No comunicado de 13 de Fev. de 2006

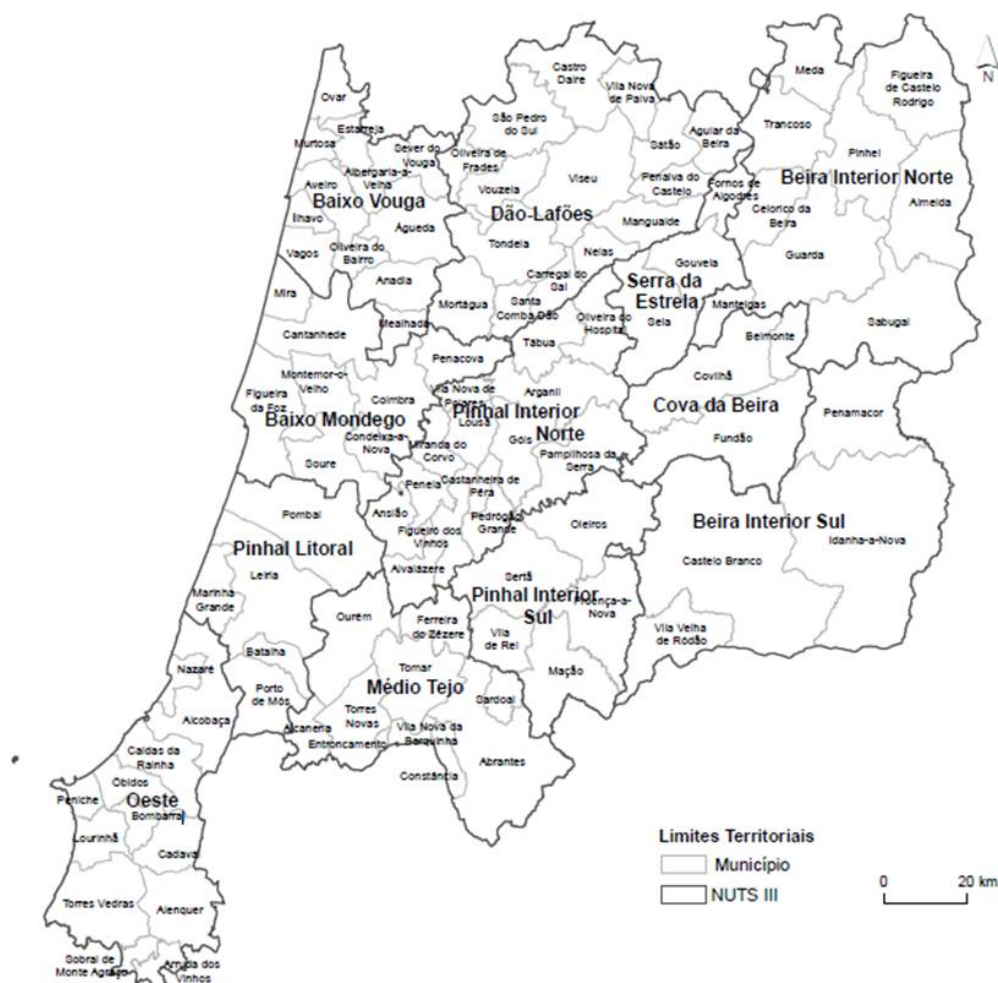


Figura 15: NUTS II Centro (divisão territorial por NUTS III e municípios)

6.1.1. Evidências Territoriais

O Baixo Vouga localiza-se, por excelência, numa posição privilegiada do litoral centro de Portugal. Os seus limites norte são o Grande Porto e a região de Entre Douro e Vouga, os limites a este coincidem com a região Dão-Lafões, e os seus limites a sul correspondem à NUTS III Baixo Mondego.

Encontra-se localizada na região do Baixo Vouga a Ria de Aveiro que se estabelece como unidade paisagista incentivadora de atividades piscatórias e de transformação do pescado, extração de sal, e produção agrícola.

Relativamente ao sistema urbano do Baixo Vouga, este desenvolve-se principalmente em torno dos pólos de Aveiro e Águeda. O município de Ovar desempenha um papel relevante na articulação do Baixo Vouga com o Grande Porto.

As principais acessibilidades rodoviárias desta região são o IP5, o IP1/A1, o IC1, a EN109 e o IC2. Os acessos ferroviários mais utilizados são a Linha do Norte e a Linha do Vouga. O Baixo Vouga usufrui também de infra-estruturas portuárias: o Porto de Aveiro. Este é o principal porto português na movimentação de produtos metalúrgicos, sendo, ainda, um dos mais importantes portos, a nível nacional, na movimentação de carga fracionada. Assim, identificamos como principais movimentações as cargas fracionadas, os granéis sólidos e os granéis líquidos.

Como infra-estruturas aeroportuárias, dispões do aeródromo de São Jacinto.

6.1.2. Dados Demográficos

A NUTS III Baixo Vouga estudada, que corresponde aos municípios integrantes na CIRA, e que são acompanhados pela Unidade de Extensão do Baixo Vouga do IAPMEI, I.P., preenchem uma área de 1 803,58km². Segundo os Censos de 2011³⁶, esta mesma área tinha 390 822 habitantes, com uma idade média de 41,85 anos.

Analisando o número de residentes deste território, desde 2008 até 2013³⁷ verificamos que a mesma tem vindo a diminuir, tendo perdido cerca de 4 931 habitantes.

Comparando estes valores com a Taxa Bruta de Natalidade, por local de residência, de 2008 a 2013, visualizamos uma diminuição de nascimentos em todos os concelhos.

A Taxa Bruta de Mortalidade entre 2008 e 2013 tem tido maior incidência nos concelhos de Anadia, Estarreja, Murtosa e Sever do Vouga.

Curiosamente, Anadia e Sever do Vouga são municípios com baixa taxa bruta de natalidade e alta taxa de mortalidade.

Se analisarmos a população residente através do grupo socioeconómico reparamos que, no Baixo Vouga os grupos que se destacam são os dos operários qualificados e semi-qualificados, dos empregados administrativos do comércio e serviços e os quadros intelectuais e científicos. Em quase todos os municípios do Baixo Vouga se apresenta esta situação, porém, no município de Estarreja em terceiro lugar surgem os operários

³⁶ Tabela 7: População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), INE, Recenseamento da População e Habitação, em anexo

³⁷ Tabela 9: População Residente (Nº) por Local de Residência, Anual (2008-2013), INE, Estimativas Anuais da População Residente, em anexo

não qualificados e, na Murtosa na mesma posição surgem os trabalhadores administrativos do comércio e serviços não qualificados.³⁸

Tem 21 251 pessoas desempregadas (segundo os Censos 2011), o que exprime uma taxa de desemprego de 5,43%.

A taxa de crescimento efetivo da região do Baixo Vouga é de -0,46%, cerca de 0,1% mais baixa do que de Portugal, que se encontra com -0,57%. É de notar que a região do Baixo Vouga tem dois municípios, Oliveira do Bairro e Vagos, que mostram uma taxa de crescimento efetivo positiva (Oliveira do Bairro: 0,37% e Vagos: 0,07%).

O Índice de envelhecimento populacional é de 138,40, sendo de evidenciar o município de Anadia e Sever do Vouga com 204,20 e 196,60, respetivamente.

Local	Área (km ²)	População (nº de habitantes)	Idade Média da População	Nº de Desempregados	População Ativa (nº)	Taxa de Crescimento Efetivo	Índice de Envelhecimento da população
Portugal	92 212,02	10 562 178	41,83	662 180	5 023 367	-0,57	136,00
Centro	28 199,40	2 327 755	43,79	116 014	1 056 225	-0,78	170,30
Baixo Vouga	1 803,58	390 822	41,85	21 251	190 085	-0,46	138,40
Águeda	335,27	47 729	42,67	2 358	23 357	-0,52	154,10
Alb.-à-Velha	158,83	25 252	41,19	1 257	12 097	-0,74	132,60
Anadia	216,63	29 150	45,02	1 316	13 510	-1,09	204,20
Aveiro	197,58	78 450	40,99	4 302	40 093	-0,58	123,20
Estarreja	108,17	26 997	42,31	1 472	12 504	-0,58	143,90
Ílhavo	73,54	38 598	40,70	2 295	19 006	-0,24	117,70
Mealhada	110,66	20 428	43,24	835	9 807	-0,43	161,60
Murtosa	73,09	10 585	42,51	549	4 545	-0,49	131,60
Ol. Bairro	87,32	23 028	41,80	1 134	11 072	0,37	134,40
Ovar	147,70	55 398	40,50	4 132	27 778	-0,32	117,70
Sever do Vouga	129,88	12 356	44,35	556	5 581	-1,04	196,60
Vagos	164,92	22 851	41,63	1 045	10 735	0,07	140,50

Tabela 3: Dados demográficos gerais da NUTS III Baixo Vouga, à data dos Censos 2011

Fonte: INE

Esta região representa, também, 0,67% da população sem nenhuma formação académica no nosso país. Os municípios que pior estão a esse nível são: Murtosa,

³⁸ Tabela 10: População residente por Local de residência e Grupo socioeconómico, INE, Recenseamento da População e Habitação em anexo

Vagos, Oliveira do Bairro e Anadia. No que respeita à população com o terceiro ciclo completo, isto é, o 9º ano de escolaridade, o Baixo Vouga exhibe 0,44% da população nacional, onde se destacam as populações de Estarreja, Ovar e Aveiro. Relativamente à população que concluiu o ensino secundário, apresenta 3,52% desse mesmo universo a nível nacional. Analogamente à situação do ensino secundário, está a população que conclui o ensino superior. De toda a população que conseguiu concluir o ensino superior no país, o Baixo Vouga tem uma fatia de 3,52%.

Local	População sem <u>nenhuma</u> formação	População c/ o 3º ciclo do Ensino Básico.	População c/ o Ensino Secundário	População c/ o Ensino Superior
Portugal	1 999 754	1 716 970	1 411 801	1 244 742
Centro	466 146	370 419	290 871	243 471
Baixo Vouga	70 888	64 307	46 849	43 867
Águeda	8 587	7 890	5 589	3 996
Alb.-à-Velha	4 711	4 258	2 783	2 033
Anadia	5 751	4 232	3 287	2 821
Aveiro	12 515	13 437	10 510	14 401
Estarreja	5 044	4 643	2 878	2 146
Ílhavo	6 603	6 557	4 761	4 948
Mealhada	3 725	3 308	2 644	2 186
Murtosa	2 349	1 412	880	720
Ol. Bairro	4 831	3 504	2 628	2 197
Ovar	9 541	9 505	7 022	5 707
Sever do Vouga	2 261	1 997	1 381	927
Vagos	4 970	3 564	2 486	1 785

Tabela 4: População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Nível de escolaridade mais elevado completo

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, <http://goo.gl/Ksj9rM>

É de salientar que o município da Murtosa, nos níveis habilitacionais de 3º ciclo do ensino básico, ensino secundário, pós-secundário e superior se encontra sempre em último lugar. Este município é, também, o que tem a maior percentagem de população com

nenhuma formação académica e com apenas o primeiro ciclo de ensino básico. Ao analisar a população residente deste município segundo grupo etário e o grupo socio-económico é de reparar que há um desfasamento considerável no que respeita a profissionais assalariados do setor primário e a trabalhadores independentes do setor primário relativamente aos dados da região do Baixo Vouga como um todo. Enquanto que, a média nesta região é de 0,53% da população residente como assalariados do setor primário, no município da Murtosa, 2,86% da população pertencem a este grupo socio-económico. A situação é bastante idêntica no que respeita aos trabalhadores independentes do setor primário. No Baixo Vouga a percentagem de população a exercer funções neste grupo se fica pelo 0,38%, na Murtosa equivale a 2,06%. Este tipo de profissões, normalmente está associado a populações com baixos níveis literários, e neste município tem maior incidência na população com idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos.³⁹

O vencimento médio mensal desta região é de 969,71€, situando-se o município de Aveiro no topo, com 1 093,30€, e Murtosa na base com uma média de 764,92€.

6.1.3. Evidências Económicas

Relativamente ao tecido empresarial nacional, segundo o INE, Portugal, em 2011, tinha cerca de 1 112 000 empresas, pertencendo cerca de 27 % ao setor terciário⁴⁰, 6,5% ao setor secundário e 5% ao setor primário⁴¹.

A nível empresarial, no Baixo Vouga, destacam-se os municípios de Aveiro com aproximadamente 9 133 empresas, Ovar com 5 422 e Águeda com 5 053. Quando analisados os números das empresas do setor primário nos municípios em apreço, salienta-se o município da Murtosa com quase 300 empresas; no setor secundário, Águeda assume as rédeas na indústria com, aproximadamente, 747 empresas; no setor terciário, avulta Aveiro, seguindo-se, igualmente com valores significativos, Ovar, Águeda e Ílhavo.

³⁹ Tabela 16: População Residente, segundo grupo etário e grupo socioeconómico no município da Murtosa,

⁴⁰ Neste estudo o Setor Terciário apenas engloba as empresas de "Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos", "Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins", "Atividades de investigação científica e de desenvolvimento", "Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares" e "Outras atividades de serviços" do CAE Rev. 3

⁴¹ Tabela 18: Empresas (N.º) por Localização geográfica, Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica, INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) <http://goo.gl/qYYwPU>

Local	Nº de Empresas				
	Total	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	Densidade Empresarial
Portugal	1 112 000	56 467	72 286	347 094	92 212,02
Centro	-	-	-	-	-
Baixo Vouga	40 819	1 716	3 753	13 344	22,63
Águeda	5 053	173	747	1 741	15,07
Alb.-à-Velha	2 438	117	283	820	15,35
Anadia	3 082	143	343	1 019	14,23
Aveiro	9 133	167	572	2 855	46,22
Estarreja	2 482	138	179	820	22,95
Ílhavo	3 832	163	330	1 212	52,11
Mealhada	2 085	65	163	714	18,84
Murtosa	1 078	295	51	236	14,75
Ol. Bairro	2 496	81	293	850	28,58
Ovar	5 422	149	458	1 865	36,71
Sever do Vouga	1 294	125	151	428	9,96
Vagos	2 424	100	183	784	14,70

Tabela 5: Empresas, por setor, na NUTS III Baixo Vouga
Fonte: INE

Dos municípios em estudo, os que empregam mais são os de Aveiro, Águeda, Ovar e Ílhavo e os mais problemáticos são Murtosa e Sever do Vouga.⁴² No que respeita ao primeiro setor, onde foi analisado o pessoal ao serviço nas empresas de agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, em primeiro lugar surge Ílhavo, Murtosa e Anadia. Este facto deve-se à forte ligação deste municípios à pesca (no primeiro caso) e à agricultura (em Murtosa e Anadia). No segundo setor, das indústrias transformadoras, os municípios com mais pessoal ao serviço nas empresas são Águeda, Aveiro e Ovar. No terceiro setor, em primeiro lugar situa-se Aveiro, seguido de Águeda e Ovar.

De igual forma, constatamos que os concelhos que têm um maior volume de negócios são o de Aveiro, Ovar, Águeda e Estarreja. Os três primeiros ocupam os lugares cimeiros quando estudamos o número de empresas por setores – com exceção do setor primário, em que Murtosa lidera o número de empresas, logo seguida de Águeda e Aveiro – no entanto, o município de Estarreja apresenta um número de empresas, em cada setor,

⁴² Tabela 17: Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), à data dos Censos de 2011, INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), <http://goo.gl/TrFnpg>

mediano, e revela um bom lugar no que ao volume de negócios respeita, o que poderá revelar que as suas empresas têm sido muito bem-sucedidas.⁴³

Analogamente, os municípios com melhores índices de valor acrescentado bruto (VAB) são Aveiro, Águeda e Ovar. No setor privado destacam-se Águeda, seguida de Albergaria-à-Velha e Anadia; no setor secundário e terciário mantêm-se Aveiro, Águeda e Ovar na liderança.

	Indicadores Económicos				
Local	Volume de Negócios	Valor Acrescentado Bruto (VAB)			
		Total	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
Portugal	325 870 314 200€	82 242 386 183€	1 096 173 371€	17 106 363 098€	17 780 484 306€
Centro	51 916 446 851€	12 948 585 464€	339 363 131€	4 424 168 457€	2 665 673 333€
Baixo Vouga	10 751 858 398€	2 639 049 795€	59 030 896€	-	492 965 177€
Águeda	1 272 513 909€	394 752 837€	3 412 118€	236 900 198€	86 726 232€
Alb.-à-Velha	926 887 189€	172 399 972€	2 446 303€	99 116 514€	32 233 804 €
Anadia	511 276 711€	142 392 095€	4 486 976€	79 792 109€	25 625 425€
Aveiro	2 472 791 667€	681 689 843€	3 729 765€	262 270 110€	122 446 046€
Estarreja	1 121 622 763€	194 063 436€	2 475 477€	109 498 584€	22 572 931€
Ílhavo	932 248 841€	249 452 165€	31 655 374€	131 474 447€	29 157 179€
Mealhada	353 405 818€	108 029 218€	1 830 623€	28 557 468€	22 013 980€
Murtosa	94 454 641€	26 315 133€	2 152 690€	-	4 709 073€
Ol. Bairro	701 043 165€	151 346 970€	602 718€	88 396 919€	34 072 954€
Ovar	1 718 282 604€	359 665 089€	3 474 423€	205 574 433€	79 738 950€
Sever do Vouga	211 303 012€	66 487 211€	1 577 663€	41 381 973€	8 517 900€
Vagos	436 028 078€	92 455 826€	1 186 766€	44 133 163 €	24 539 677€

Tabela 6: Volume de Negócio e VAB das empresas da NUST III Baixo Vouga
Fonte: INE

Considerando o auto-emprego como uma forma prática de se concretizar o espírito empreendedor (nas situações em que o mesmo passa por formar uma empresa/negócio, e não apenas pela produção de um produto/serviço inovador numa empresa já formada), vemos que o número de pessoas que tem optado por esta situação tem diminuído.

⁴³ Tabela 18: Empresas (N.º) por Localização geográfica, Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica, INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) <http://goo.gl/gYYwPU>

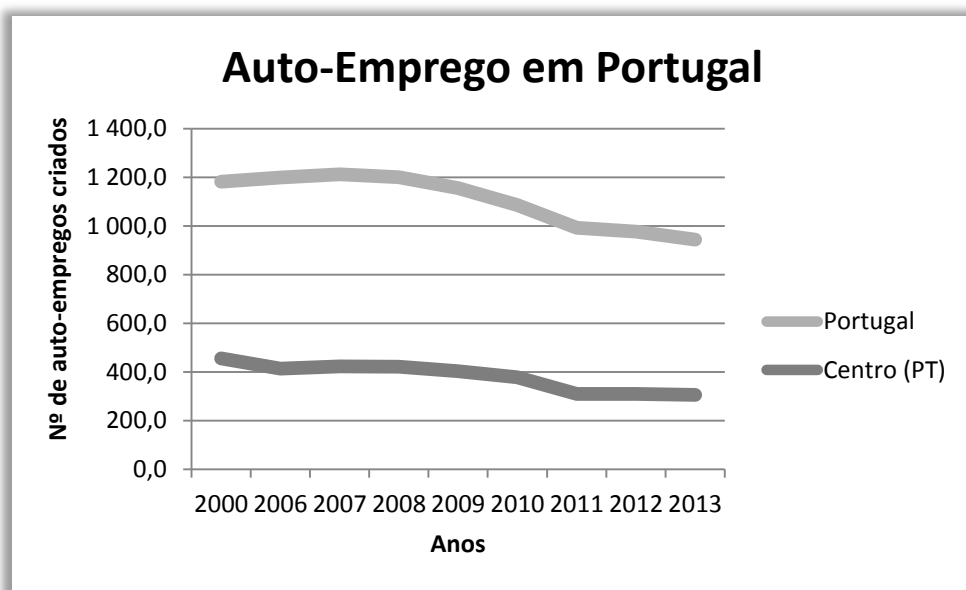


Figura 16: Nº de auto-empregos criados em Portugal e na NUTS II Centro
Fonte: EUROSTAT

Ao constataremos os dados relativamente à União Europeia, verificamos que nos últimos anos, apesar de oscilações, o valor relativo aos auto-empregos se mantém estável, enquanto em Portugal se tem registado uma ligeira queda.

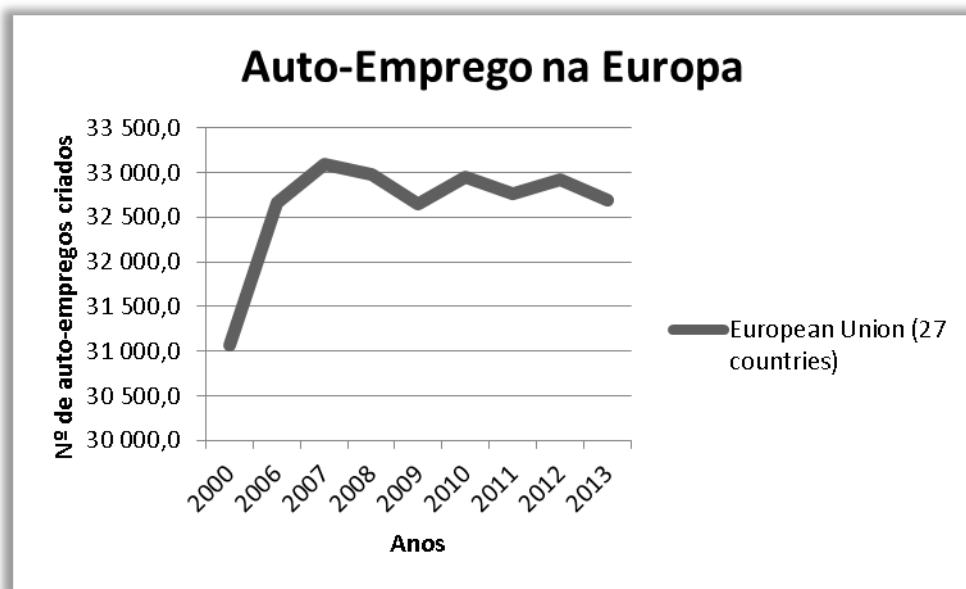


Figura 17: Nº de auto-empregos criados na União Europeia (27 países)
Fonte: EUROSTAT

Este facto mostra-se de acordo com a taxa de natalidade das empresas.

No setor primário têm-se registado um aumento (quer em Portugal, como na Região do Baixo) na constituição de empresas. Este facto pode estar relacionado com o baixo nível

de exigência de conhecimento especializado neste setor, no que refere aos pequenos produtores. É menos complexo ser-se um pequeno produtor de frutos vermelhos, por exemplo, do que construir uma fábrica de metalomecânica.

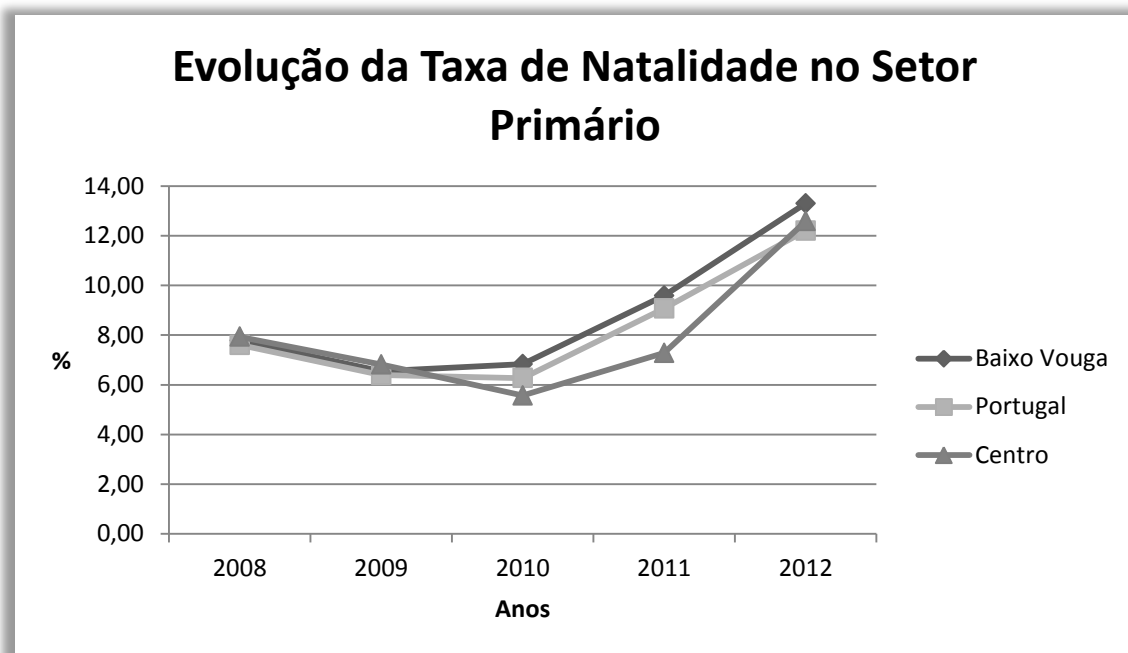


Figura 18: Evolução da Taxa de Natalidade no Setor Primário, entre 2008 e 2012

Fonte: INE, Demografia das Empresas, <http://goo.gl/aq7QY3>

No setor secundário, ainda que tenha havido um ligeiro aumento desde 2010 até 2012, a taxa de natalidade das empresas neste setor ainda se manteve abaixo dos níveis registados em 2008.

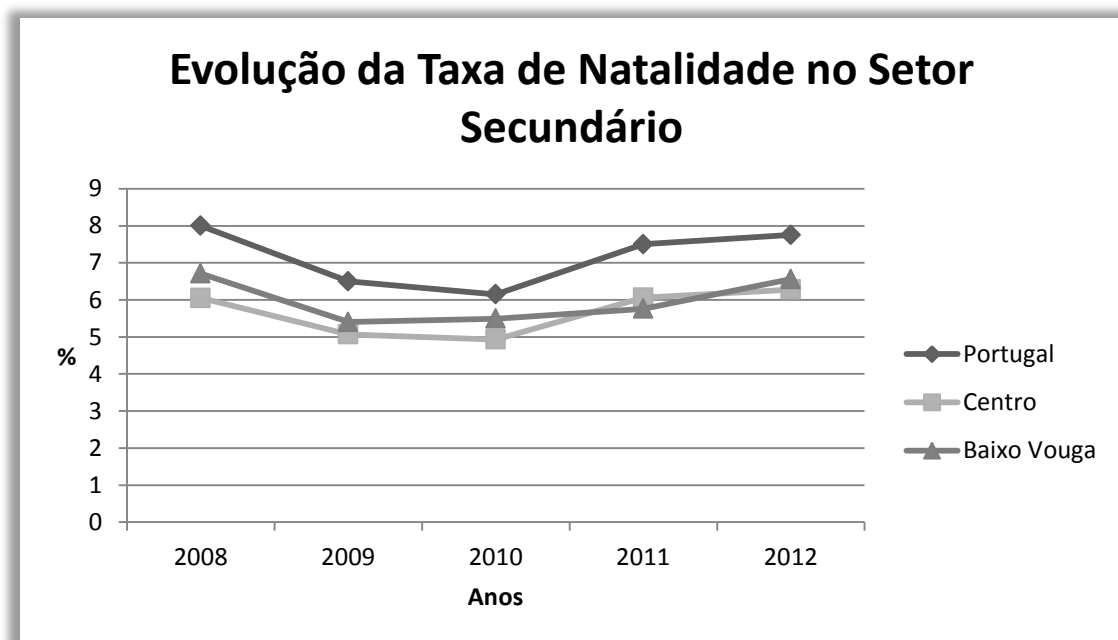


Figura 19: Evolução da Taxa de Natalidade no Setor Secundário, entre 2008 e 2012

Fonte: INE, Demografia das Empresas, <http://goo.gl/aq7QY3>

A situação mantém-se idêntica nos valores correspondentes respeitantes à taxa de natalidade das empresas no setor terciário. Quer nos dados do país como um todo, como nos do Baixo Vouga, a taxa é menor em 2012 do que em 2008.

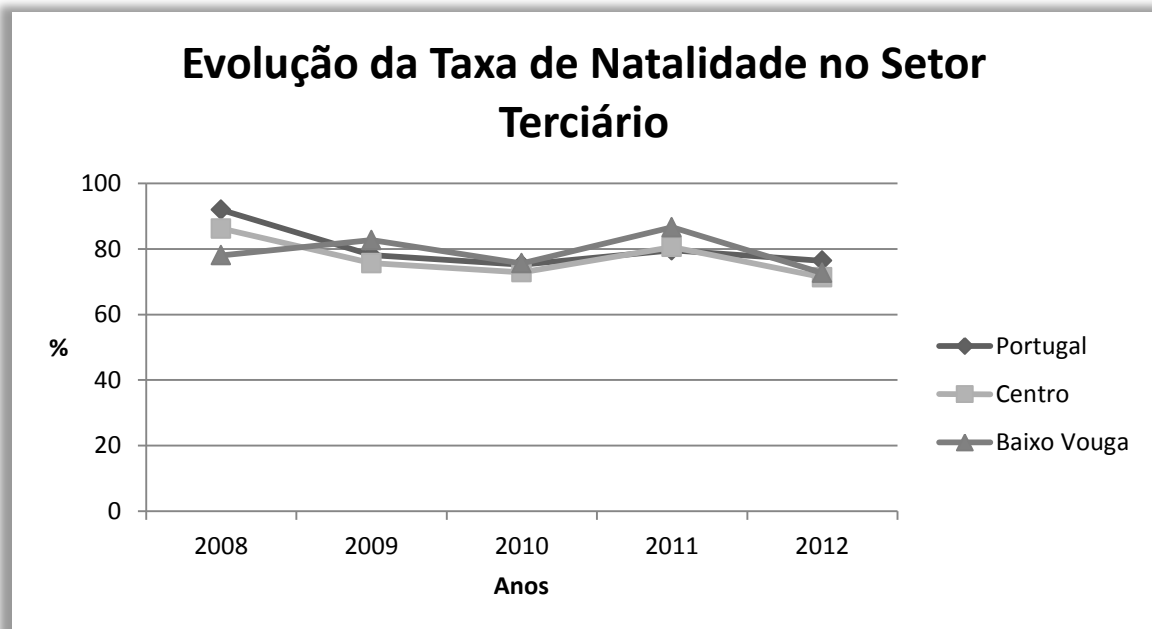


Figura 20: Evolução da Taxa de Natalidade no Setor Terciário, entre 2008 e 2012

Fonte: INE, Demografia das Empresas, <http://goo.gl/aq7QY3>

O facto de o nº de auto-empregos ter diminuído ligeiramente em Portugal, poderá dever-se a uma eventual aversão ao risco que os portugueses tenham criado, devido ao forte impacto que a crise teve no país, ao facto de termos uma faixa de desempregos com poucas qualificações académicas, demasiado grande, por ter havido um grande pedido de reformas antecipadas por parte dos trabalhadores com idade próxima da reforma e pelo ainda desconhecimento de muitos cidadãos acerca dos apoios concedidos (essencialmente para aqueles que menos disponibilidades financeiras têm).

6.2. Medidas de apoio apresentada pelo IAPMEI

O IAPMEI apresenta uma série de programas e fundos que visam apoiar as futuras e atuais empresas.

Essas medidas serão enumeradas de seguida.

6.2.1. FINICIA

Começamos pelo programa FINICIA. Este é um programa que apoia projetos empresariais diferenciadores e com potencial económico, facilitando o acesso ao

financiamento. Para o conseguir há uma partilha de risco entre o Estado e entidades bancárias, sociedades de capital de risco e Business Angels. Podem concorrer empresas start-up e/ou empresas com projetos inovadores que dinamizem a economia local.

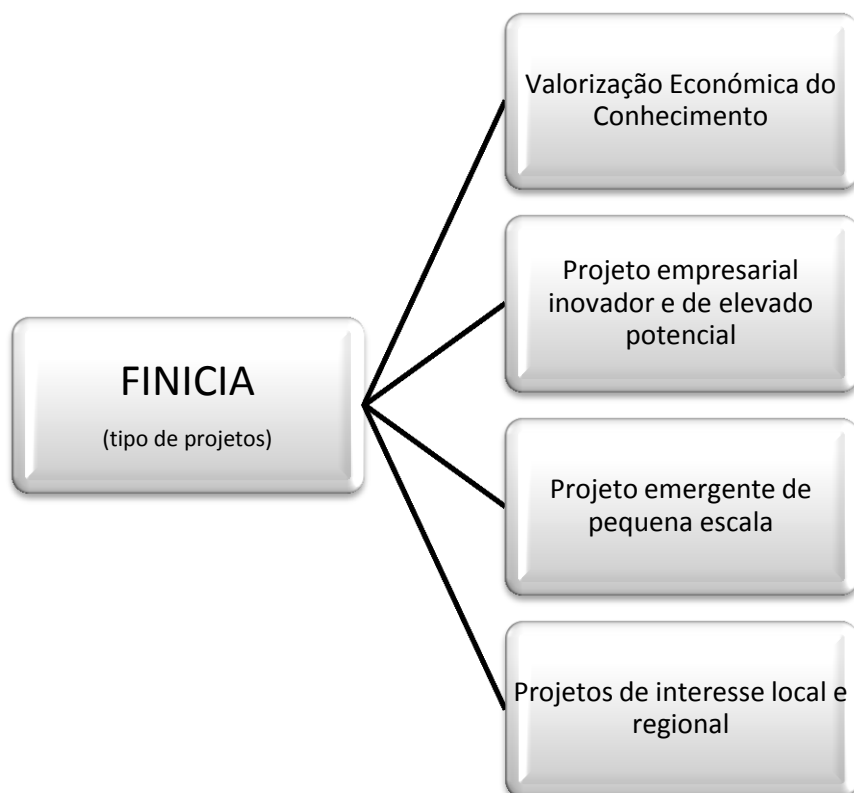


Figura 21: Tipos de projetos apoiados pelo programa FINICIA

Fonte: <http://www.iapmei.pt/iapmei-mstplindex.php?msid=12>

O programa FINICIA tem disponíveis quatro tipos de projetos: os de valorização económica do conhecimento, os projetos empresariais inovadores e de elevado potencial, os emergentes de pequena escala e os projetos de interesse local e regional.

Os primeiros, de valorização económica do conhecimento apoiam projetos de média e alta tecnologia, que para se concretizar necessitem da criação de uma empresa ou licenciamento industrial.

Os projetos empresariais inovadores e de elevado potencial aplicam-se a start-up's com projetos inovadores e com potencial de crescimento.

Os projetos emergentes de pequena escala destinam-se a start-up's cujo investimento necessário não ultrapasse 250 000,00€, com projeto inovadores, que podem ser estendidos a novos mercados rapidamente, mas que carecem de financiamento ainda

antes da sua comercialização, ou com projetos que se destinam a mercados locais e regionais, que prevejam vendas estáveis. Nos projetos inovadores que carecem de financiamento ainda antes da comercialização são aconselhadas soluções de capital de risco; nos que se aplicam a mercados locais e regionais sugerem-se créditos bancários.

Por fim, os projetos de interesse local e regional reservam-se a start-up's ou PME's já existentes com projetos de relevância local. Nestas situações, as soluções são específicas de cada município.

Atualmente, como parceiros locais no Baixo Vouga, neste programa, podemos contar com as Câmaras Municipais de Águeda, Aveiro, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga. Parceiros que auxiliem na valorização de projetos para o capital de risco, contamos com a Universidade de Aveiro e a WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.

6.2.2. Passaporte para o Empreendedorismo

Este programa destina-se a jovens finalistas ou recém-licenciados, com idade até 30 anos. Podem candidatar-se também jovens até aos 34 anos com mestrado ou doutoramento. Surgiu do Programa Impulso Jovem, apoiado pelo FEDER. Para serem elegíveis, os concorrentes devem apresentar um projeto inovador, com potencial de crescimento e que se revele uma necessidade de mercado. Caso as candidaturas sejam aceites, beneficiam de uma bolsa mensal, que se aproxima dos 690€, têm acesso privilegiado à Rede Nacional de Mentores, e disfrutam, ainda, de assistência técnica.⁴⁴

Para serem as candidaturas serem aceites são tidos em conta aspetos como: o perfil do promotor e da equipa; o grau de inovação ou diferenciação; o mercado alvo e dimensão do mercado potencial; o potencial de escalabilidade; o grau de dificuldade de apropriação da ideia; o potencial de valorização económica; a resposta face à necessidade do mercado; as suas vantagens competitivas; potenciais parcerias; a eventual atratividade que poderá causar em possíveis financiadores e o plano de trabalho.

6.2.3. Programa +E+I

O Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação (Programa +E+I) visa o desenvolvimento e reforço da competitividade das empresas portuguesas, apostando, por isso, no empreendedorismo e na inovação. É um programa bastante abrangente que assenta em quatro objetivos principais:

⁴⁴ Portaria nº 370-A/2012, de 15 de Novembro, Diário da República, 1ª Série, Nº 221

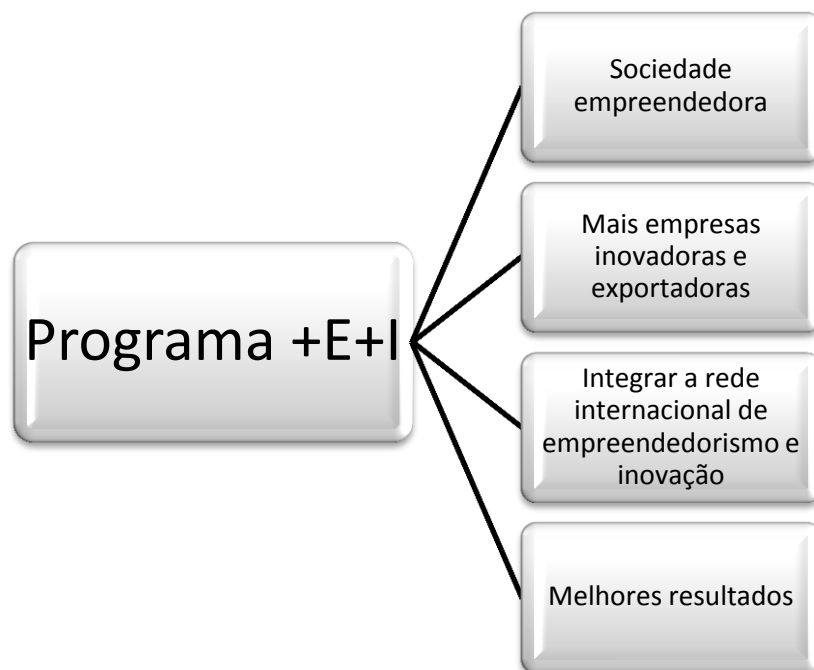


Figura 22: Objetivos do programa +E+I
Fonte: Resolução do Conselho de Ministros 54/2011

Com o primeiro objetivo tenciona-se uma mudança cultural, que abrace o empreendedorismo e a inovação e, consequentemente, conseguir um olhar menos negativo, por parte da sociedade, em relação aos casos dos empreendedores com menos sucesso. Para isso, aposta-se no enraizamento da cultura empreendedora, que será conseguida através de um sistema de ensino que promova a auto-realização e o desenvolvimento de competências.

O segundo objetivo será conseguido com a colaboração das incubadoras e parques de ciência e tecnologia, fontes de conhecimento que, por sua vez, produzirão produtos e/ou processos inovadores.

Para que as nossas empresas se tornem cada vez mais competitivas e atrativas, não basta olhar para o mercado nacional. É necessário estar atento às tendências e necessidades internacionais para, assim, melhor se posicionar. Este objetivo encontra-se intimamente ligado ao segundo pois, através da maior exposição internacional, mais visibilidade se ganha, aumentando a possibilidade de exportação dos produtos.

O terceiro objetivo é conseguido através da conjugação dos anteriores e de um investimento inteligente. Por vezes, ter um objetivo inovador não basta. *Smart management* é fulcral e pode ser conseguida através de uma boa estratégia de

marketing, uma aposta na qualidade dos produtos/serviços, e no bom posicionamento nas redes internacionais.

Este programa tem sido executado através de outros programas como:

- + empresas – tornar Portugal numa *Start up Nation*
- Agenda Portugal Digital
- Conselho Nacional para o Empreendedorismo e a Inovação (CNEI)
- Estímulo à Contratação de Trabalhadores por *Strat-up's*
- Guia do Empreendedor
- INOVA! – Concurso de Ideias
- PME Digital
- Poliempreende – Concurso de Ideias e Planos de Negócio
- Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego
- Programa de Ignição – *Call for Entrepreneurship*
- Programa Nacional de Microcrédito – SOU MAIS – Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego
- Projetos Individuais de I&DT
- Rede Nacional de Mentores
- Reestruturação dos Instrumentos Públicos de Capital de Risco

6.2.4. + empresas – tornar Portugal numa *Start-up Nation*

Esta é uma iniciativa que tem como princípio fundamental facilitar o acesso dos empreendedores aos instrumentos de financiamento mais adequados, de acordo com a fase em que se encontram do seu ciclo de vida. Nesta linha de pensamento, esta é uma forma de Portugal apoiar a disseminação das *start-up's*, tornando-se, assim, uma *Start-up Nation*.

Segundo esta iniciativa, numa fase inicial, em que ainda só está a ser estudada a ideia, os empreendedores devem optar pelo apoio do programa “Passaporte para o Empreendedorismo”; na fase de arranque devem ser tidos em conta apoios como “Vale Empreendedorismo”, “Empreendedorismo Qualificado” e “Programa de Ignição”; numa fase de desenvolvimento, os possíveis apoios são o “Empreendedorismo Qualificado”; o “Programa de Ignição” e o “Estímulo à Contratação por *Start-up's*”.

6.2.5. Vale Empreendedorismo / IN2: BA

A medida Vale Empreendedorismo enquadrava-se no antigo acordo quadro. Neste período de transição foi readaptada para a medida IN2: BA. Esta é uma linha de financiamento a operações desenvolvidas por Business Angels que pretende dinamizar o empreendedorismo através de investidores em capital de risco e, fomentar a criação de empresas e projetos inovadores numa fase em que necessitem de *seed capital*.

Não será dedicada muita atenção a esta medida, por não ser da competência do IAPMEI.

6.2.6. Empreendedorismo Qualificado / IN2: BA

Tal como o Vale Empreendedorismo, a medidas Empreendedorismo Qualificado foi readaptada no atual programa quadro, passando à medida IN2: BA. Assim, como não é da competência do IAPMEI, não será estudada neste relatório.

6.2.7. Programa Ignição

Este programa, da Portugal Ventures, pretende apoiar o empreendedorismo de base tecnológica, atentando a cinco premissas⁴⁵:

- Sustentabilidade
- Financiamento
- Retenção de talentos
- Inclusão
- Aculturação

Esta iniciativa pretende investir cerca de 20 milhões de euros por ano, e para facilitar o acesso, a possíveis empreendedores, a capital de risco, lança as “*Call For Entrepreneurship*”.

Os projetos aprovados poderão ter acesso até 750 000€ ou um máximo de 85% do orçamento do projeto. São preferidos projetos relacionados com tecnologias de informação e de comunicação, electrónica, turismo e recursos endógenos, ciências da vida e nanotecnologia.

6.2.8. Estímulo à Contratação por *Start-up's*

Esta medida, apesar de se enquadrar no Programa +E+I, pertence a uma entidade do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social⁴⁶, pelo que não será abordada neste relatório.

⁴⁵ http://www.portugalventures.pt/arq/fich/Programa_de_Ignicao_Site_v9_09_10_2014_vb.pdf

6.2.9. Programa FINTRANS

Este programa, apesar de não ter subjacente a ideia de empreendedorismo, enquanto tendência para criação de empresas, surge como uma forma de dar continuidade aos negócios já existentes, evitando que sejam encerradas. Através da sua transmissão, os novos empresários poderão reforçar uma posição mais competitiva no mercado, para a empresa.

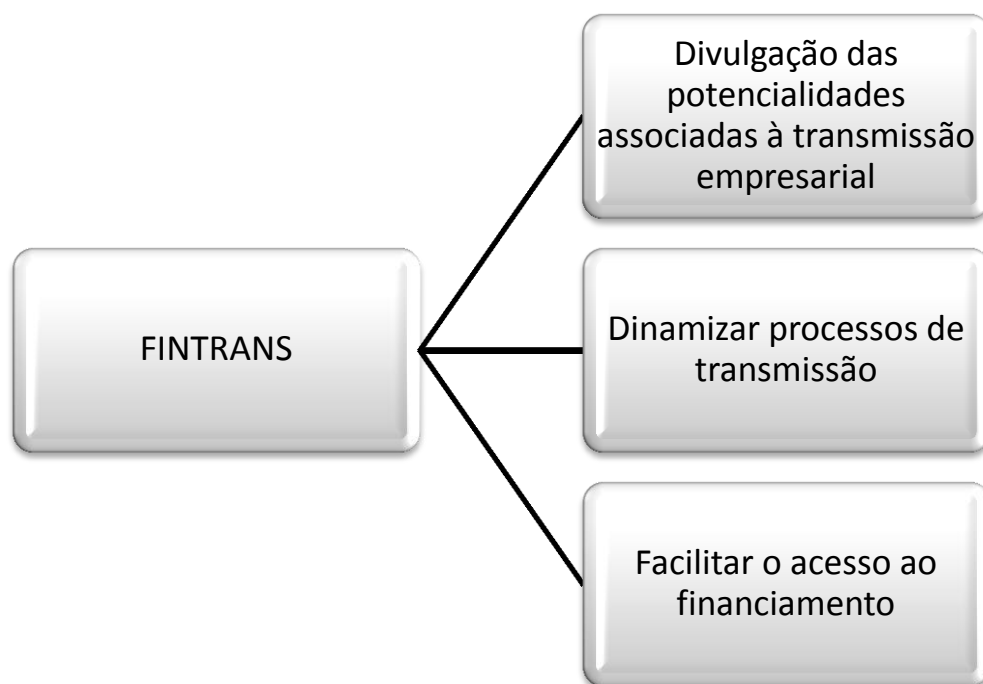


Figura 23: Objetivos do programa FINTRANS

Fonte: <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=2667>

A transmissão de empresas pode apresentar-se como uma solução em situações que garantam a continuidade de uma empresa já existente, quando esta se poderá tornar mais competitiva no mercado global, em situações em que os empreendedores pretendem empreender sem ter de enfrentar as adversidades do início de um negócio, para revitalizar e rentabilizar ativos.

6.2.10. Fundos Revitalizar

Estes fundos surgem como forma de promoção do crescimento das micro, pequenas e médias empresas já existentes. São destinados a empresas, certificadas pelo IAPMEI como PME's, com projetos de expansão, inovação e/ou modernização.

⁴⁶ Decreto-Lei nº 167-C/2013, de 31 de Dezembro - Diário da República, 1ª série, nº 253

Este tipo de investimento nas empresas envolve capital de risco. Os fundos não podem ultrapassar o valor de 1 500 000€/ano (doze meses), sendo o seu limite global 4 500 000€.

Para conseguir que o projeto possa concorrer é necessário que se enquadre nos setores descritos:

- Indústria: atividades CAE das divisões 05 a 33;
- Energia: atividades CAE da divisão 35
- Construção: atividades CAE das divisões 41 a 43
- Comércio: atividades CAE das divisões 45 a 47
- Turismo: atividades CAE da divisão 55, grupos 561, 563, 771 e 791, subclasses 77210, 90040, 91041, 91042, 93110, 93192, 93210, 93292, 93293, 93294 e 96040.
- Transportes e Logística: atividades CAE da divisão 52 e grupos 493, 494
- Serviços: atividades CAE das divisões 37 a 39, 58, 59, 62, 63, 69, 70 a 74, 77, 78, 80 a 82, 90, 91, e 95.

7. Conclusão

Segundo Teles, et al (2013) “as políticas públicas são [...] uma das áreas mais determinantes para o sucesso nas respostas aos desafios sociais.”

Posto isto, este relatório de estágio teve como principal objetivo análise dos instrumentos que o IAPMEI disponibiliza aos cidadãos, para que possam concretizar as suas ideias de negócio e, às empresas existentes para que apostem na inovação e consigam alcançar uma posição mais competitiva no mercado.

Através da colaboração no Catálogo de Fabricantes Nacionais pude participar na formulação de estratégias que permitirão, no futuro, ajudar as empresas a melhorar a sua rede de fornecedores, tornando-se assim mais competitivas.

Com as atividades realizadas no âmbito do programa Rede de Fornecedores, com o contributo no programa Rede Nacional de Mentores e cooperação no PME Digital pude participar na implementação de programas de intervenção no domínio das políticas públicas de desenvolvimento empresarial, tal como é definido no artigo 8º da Portaria nº 538/2008, de 30 de abril. Com as tarefas que me foram designadas neste âmbito, pude, igualmente, participar na gestão da rede de serviços territorialmente desconcentrados.

Dentro das competências da Direção de Assistência Empresarial, posso afirmar que, no Centro de Desenvolvimento Empresarial do Baixo Vouga, pude participar em três das suas quatro competências:

- a) “Proceder ao acompanhamento de empresas, no âmbito das suas atividades de diagnóstico e análise estratégica e formulação de estratégias de investimentos e de qualificação de recursos humanos;*
- b) Conceber, propor e implementar programas de intervenção no domínio das políticas públicas de desenvolvimento empresarial;*
- d) Assegurar a gestão da rede de serviços territorialmente desconcentrados.”*

Tive, igualmente oportunidade de comprovar a concretização dos seus cinco valores: proximidade, simplicidade, envolvimento, conhecimento e coprodução. O primeiro valor observei-o através da disponibilidade dos técnicos no atendimento presencial e telefónico às empresas, e através das visitas; o segundo foi demonstrado através do lançamento de

alertas informativos que eram encaminhados, através de email, para as empresas das áreas visadas; o envolvimento dos empresários no desenvolvimento de iniciativas tem sido conseguido através de programas como a Rede de Fornecedores (que implica a deslocação dos potenciais clientes às empresas com potencial fornecedor, com vista à substituição da importação pela compra nacional); o conhecimento permanente e atualizado dos técnicos é conseguido através da criação de alertas informáticos internos; a coprodução foi possível observar através da iniciativa PME Digital que promove a interação entre empresários e fornecedores de ferramentas digitais.

Durante o período de estágio observei um grande esforço por parte do Estado no estímulo ao empreendedorismo através das iniciativas já mencionadas, bem como de outras, como a Rede Nacional de Mentores, os protocolos FINICIA e o apoio prestado aos empresários no âmbito das visitas de assistência empresarial que presta.

Numa entrevista feita, no dia 6 de Março do corrente ano, a um representante de uma incubadora de empresas de um município da região de Aveiro Incubadora de Empresas do Município de Ílhavo, a mesma considerou que a estratégia de comunicação dos programas de incentivo ao empreendedorismo deveria ser melhorada, pois há falta de divulgação dos apoios. Na ótica da, também, representante do SAFE – Serviço de Apoio à Formação e Emprego, do município de Ílhavo, um ponto positivo na promoção do empreendedorismo está relacionado com o facto de a população estar mais sensibilizada para procurar informação, no entanto, considera que esta ainda se encontra demasiado dispersa. Revela ainda ter esperança nas diretrizes da União Europeia relativamente às medidas de apoio e fomento do empreendedorismo e que, a nível local, o apoio disponibilizado ainda não adquiriu um papel relevante devido à escassez de dinheiro e à falta de procura. No que toca à colaboração dos *media* portugueses, apesar de haver programas como “Imagens de Marca” em canais personalizados, acabam por passar despercebidos, e os horários revelam-se desajustados ao público.

O esforço para colmatar a falha da competitividade das micro, pequenas e médias empresas, em Portugal tem sido grande. O próprio Relatório de Competitividade Global 2014-2015 assim o afirma, dizendo que Portugal deu “passos significantes para aprimorar o funcionamento dos seus mercados”⁴⁷. Portugal, agora, é um país com menos burocracia para abrir uma empresa, com razoáveis infra-estruturas de transporte a nível mundial (nas quais colabora o Porto de Aveiro) e é um país com mão-de-obra altamente

⁴⁷ http://www3.weforum.org/docs/Media/14GCR/WEF_GCRpr14_PT.pdf

qualificada. Porém, os problemas macroeconómicos impedem que o crédito seja disponibilizado com facilidade, pelo que, os empresários se viram forçados a aderir a outros mecanismos de financiamento, como os fundos disponibilizados pelo Estado, Business Angels, Crowdfunding e Microcrédito.

A proximidade do IAPMEI com a Universidade de Aveiro, através da colaboração com diversas entidades agregadas à UA (como por exemplo conferências temáticas) tem-se revelado fundamental para que se consiga concretizar a Tripla-Hélice nesta região. O relacionamento destas três componentes (UA-Empresas-IAPMEI) tem promovido a mão-de-obra qualificada nas empresas e o desenvolvimento de projetos inovadores, com cariz científico, o que claramente tem beneficiado a competitividade portuguesa.

A estratégia de proximidade e divulgação passa, também, pelos protocolos no âmbito do programa FINICIA. Apesar de integrar um novo elemento, as câmaras municipais, permite, de certa forma, poder chegar a um maior número de pessoas. Contudo, pelo que se conseguiu apurar na entrevista à incubadora de empresas de um dos municípios da região de Aveiro, este programa ainda não adquiriu um papel relevante no fomento do empreendedorismo.

O sistema de alertas informativos, enviados aos empresários, é uma boa estratégia para que estes tenham conhecimento das atividades e apoios que, possivelmente, lhes despertarão interesse. No entanto, e porque esta estratégia se concretiza através das bases de dados do IAPMEI, corre-se o risco de informar sempre os mesmos empresários.

No que toca ao posicionamento territorial, o Baixo Vouga apresenta uma posição boa a nível rodoviário – por esta zona passam o EN 109, IC1, IC2, IP5 e A1 – uma boa posição no que toca às estruturas portuárias – porto de Aveiro -, no entanto considero os acessos ferroviários insuficientes.

Através da cidade de Aveiro consegue-se ter acesso à linha do Vouga, que faz ligação entre os municípios de Aveiro e Águeda; à linha do Norte, que no trecho Aveiro-Porto liga os municípios de Aveiro, Estarreja e Ovar; e no trecho Aveiro-Coimbra liga os municípios de Aveiro, Oliveira do Bairro, Anadia e Mealhada.

Assim, ficam excluídos de ligação ferroviária os municípios de Ílhavo, Vagos, Murtosa, Sever de Vouga e Albergaria-a-Velha. Este facto condiciona de forma negativa a mobilidade dos cidadãos, das empresas e dos seus produtos, limitando a sua atividade.

Ao analisar as evidências demográficas e económicas, deve salientar-se o município da Murtosa. Ao analisar a população residente por grupo socio-económico, este é o único município que exibe uma classe com pessoal não qualificado – “Trabalhadores do comércio e serviços não-qualificados” nos grupos socio-económicos mais representativos desta região. Lidera, também, na população residente com nenhuma formação académica e é um município com bastantes assalariados e trabalhadores independentes do setor primário. É, também, o concelho com salário médio mensal mais baixo e com maior número de empresas no setor primário. Apesar da pouca empregabilidade que oferece, é o segundo município com mais pessoal ao serviço nas empresas do setor primário, o que provavelmente advém da baixa literacia da população. Como consequência dos factos relatados, tem o menor VAB e menor volume de negócios da região do Baixo Vouga.

Por tudo o que analisámos, considera-se importante estudar uma melhor estratégia de promoção do empreendedorismo para o município da Murtosa, começando pela análise das potencialidades da zona e pelo envolvimento dos atores locais (Câmara Municipal, SEMA – Associação Empresarial dos municípios de Sever do Vouga, Estarreja, Murtosa e Albergaria-a-Velha), para que se consiga um maior desenvolvimento da região.

A decisão da Região do Baixo Vouga em definir as suas atividades económicas em clusters permitiu a criação de novas empresas nos setores estratégicos da região (e nos que lhes servem de apoio, como empresas de produção) e uma maior capacidade de inovação nesses mesmos setores, pelo que se traduz numa boa estratégia para a região.

8. Bibliografia

CANTILLON, Richard (1755) – **An Essay on Economic Theory**. Trad. por C. Saucier. [Em linha]. Alabama, 2010.[Consult. 16/07/2014]. Disponível na Internet: <URL: https://mises.org/books/Essay_on_economic_theory_cantillon.pdf> ISBN: 978-1-61016-001-8

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – **Livro Verde do Espírito Empresarial na Europa**. [Em linha]. Bruxelas, 2003. [Consult. 31/07/2014] Disponível na Internet: <URL: <http://europedirect.esqs.pt/Grupos/Noticias/lvee.pdf>>

COMISSÃO EUROPEIA – **Livro Verde O Financiamento a longo Prazo da Economia Europeia** [Em Linha]. Bruxelas, 2013 [Consult.:01/10/2014] Disponível na Internet: <URL: <https://infoeuropa.euocid.pt/files/database/000058001-000059000/000058442.pdf>>

DOLABELA, F. (2006) – **O Segredo de Luísa**. [Em linha] 2ª ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.[Consult. 31/07/2014]. Disponível na Internet: <URL: <ftp://ftp.unilins.edu.br/silvio/Pr%E1ticas%20Administrativas%20II/O-Segredo-de-Luisa.pdf>>. ISBN.85-293-0102-1

KANTER, R. M. – **When Giants Learn to Dance**. Londres: Free Press, 1990, ISBN 0671696254

KNIGHT, F. (1921) – **Risk, Uncertainty, and Profit**. [Em linha] New York, 1964. [Consult. 31/07/2014]. Disponível na Internet: <URL: https://mises.org/books/risk_uncertainty_profit_knight.pdf>

McCLELLAND, D. – **Human Motivation**. Cambridge University Press, 1988, ISBN 978-052136510

MENGER, Carl (1871) – **Principles of Economics**. Trad. por J. Dingwall e B.F. Hoselitz. [Em linha] Alabama: Institute for Humane Studies , (2007) [Consult. 30/07/2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://mises.org/Books/mengerprinciples.pdf> > ISBN. 978-1-933550-12-1

MILL, John Stuart (1848) - **The Principles of Political Economy: with some of their applications to social philosophy**. [Em linha]: The Project Gutenberg, 2009. [Consult. 30/07/2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.gutenberg.org/ebooks/30107>>

NAISBITT, J. – **Reinventing the Corporation**: Random House Value Publishing, 1988, ISBN 0517659956

SARKAR, Soumodip – **Empreendedorismo e Inovação**. Lisboa: Escolar Editora, 2007, ISBN. 978-972-592-209-5

SILVA, P. – **Manual do Empreendedor** . Instituto Politécnico de Leiria. [Em Linha]. 2007 [Consult.: 02/10/2014] Disponível na Internet: <URL: http://www.empreender.aip.pt/irj/go/km/docs/site-manager/www_empreender_aip_pt/conteudos/pt/centrodocumentacao/Centro%20de%20Documenta%C3%A7%C3%A3o/Manual%20Empreendedor_IPLeiria.pdf>

Artigos

AGUIAR, M. L. – O empreendedorismo como fator dinamizador da competitividade regional: o papel do financiamento. [Em Linha] [Consult.: 22/05/2014] Disponível na Internet:<URL: http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1159/1/DM_LurdesAguiar_2012.pdf>

ALVES, M. - O Microcrédito: mais uma panaceia? – Revista Portuguesa de Estudos Regionais [Em Linha]. Nº 13 (2006), p. 45 – 54 [Consult. 01/10/2014]. Disponível na Internet:<URL: <http://www.apdr.pt/siterper/numeros/RPER13/13.3.pdf>>

AUDRETSCH, D. – Entrepreneurship: A survey of the literature – Enterprise Papers [Em Linha] Nº 14 (2003) [Consult. 28/09/2014]. Disponível na Internet:<URL: [AUTIO, E., KLOFSTEN, M. – A Comparative Study of Two European Business Incubators. Journal of Small Business Management, \[Em Linha\]. Vol. 36, nº 1 \(1998\), p.30-43 \[Consult. 28/08/2014\]. Disponível na Internet: <URL: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=2&sid=966c307b-0f92-4ef0-bda7-373cb678d3e7%40sessionmgr4005&hid=4209>> ISSN 0047-2778](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCQQFjAA&url=http%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Fenterprise%2Fnewsroom%2Fcf%2F_getdocument.cfm%3Fdoc_id%3D1837&ei=x85SVKj3DaXV7AaVk4CoDQ&usq=AFQjCNEExOBOYWLoGr-kTs3n4Sl93VBoMg&sig2=rrqQheVf7YWJdEb4m7rWrA&bvm=bv.78677474,bs.1,d.ZGU>></p></div><div data-bbox=)

BRAGA, Joana – Motivações no Empreendedorismo Social. Faculdade de Economia da Universidade do Porto [Em Linha] (2013) [Consult. 20/08/2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/70013/2/13815.pdf>>

CARRIER, Camille – Intrapreneurship in Small Businesses: An Exploratory Study. Entrepreneurship: Theory & Practice [Em Linha]. Vol.21 (1996), p. 5-20 [Consult. 20/08/2014]. Disponível na Internet:<URL: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=4389c4e8-bfb3-4909-a01a-5bbb26fd7574%40sessionmgr4004&vid=1&hid=4204>> ISSN 0363-9428

COMISSÃO EUROPEIA – Aplicar o Programa Comunitário de Lisboa: Promover o espírito empreendedor através do ensino e da aprendizagem [Em linha] [Consult.: 24/10/2014]. Disponível na Internet:<URL:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0033:FIN:PT:PDF>>

COMISSÃO EUROPEIA – Plano de ação para melhorar o acesso das PME ao financiamento [Em Linha] [Consult.: 01/10/2014]. Disponível na Internet:<URL:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0870:FIN:PT:PDF>>

COSTA, Alessandra Mello da, et al – A Dimensão Histórica dos Discursos acerca do Empreendedor e do Empreendedorismo, Revista de Administração Contemporânea [Em linha]. vol.15: n.º 2 (2011), p. 182 [Consult. 25/01/2014]. Disponível na Internet: <URL:

<http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n2/v15n2a02.pdf>>. ISSN 1982-7849

DUARTE, Rosa Maria Tavares – Determinantes do Empreendedorismo: O papel dos BIC. Faculdade de Engenharia – Universidade do Porto [Em Linha]. (2008), p. 5. [Consult. 30/07/2014]. Disponível na Internet: <URL:

<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/11440/2/Texto%20integral.pdf>>

ETZKOWITZ, H. – Innovation in Innovation: The Triple Helix of University-Industry-Government Relations Social Science Information [Em Linha] (2003) [Consult. 10/09/2014] Disponível na Internet: <URL:

<http://blogs.helsinki.fi/changingdynamics/files/2011/10/Etzkowitz-Innovation-in-Innovation.pdf>>

ETZKOWITZ, H.; et al. – The Future of the university and the university of the future: evolution of ivory tower to entrepreneurial paradigm. Research policy [Em Linha] (2000) [Consult.: 10/09/2014] Disponível na Internet: <URL:

http://ac.elsa-cdn.com/S0048733399000694/1-s2.0-S0048733399000694-main.pdf?_tid=c5aad432-

[608d-11e4-937a-](#)

[00000aab0f6c&acdnat=1414712455_ab788959aa47baf7a3cbb52e98950025>](#)

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF. L. – The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of University-industry-government relations. Research Policy [Em Linha] (2000^a), [Consult. 10/09/2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.uni-klu.ac.at/wiho/downloads/Etzk.pdf>>

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – Estudo sobre o Empreendedorismo. GEM Portugal 2012 [Em Linha].(2012), p. 21-22. [Consult. 21/08/2014] Disponível na Internet: <URL: <http://www.gemconsortium.org/docs/download/3120>>

GUTTERMAN, A. - Definitions of Entrepreneurship. [Em linha]. p. 4 [Consult. 31/07/2014] Disponível na Internet: <URL: http://alangutterman.typepad.com/files/mec_02.06.2012.pdf>

Lowrey, Y. – The Entrepreneur and Entrepreneurship: A Neoclassical Approach. Presentation at ASSA Annual Meeting [Em Linha]. [Consult. 21/08/2014]. Disponível na Internet: <URL: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=744785>

TELES, F., SANTINHA, G., MARQUES, J. L., et al – Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2014-2020 – Região de Aveiro – Relatório|Setembro 2013. (2013) [Em linha]. [Consult: 10/10/2013]. Disponível em: <URL: <http://goo.gl/sB4AXz>>

TOMCZACK, A. Et BREM, A. – A Conceptualized investment modelo of crowdfunding. Venture Capital: An International Journal of Entrepreneurial Finance [Em linha]. Vol. 15, Nº.4, (2013), p. 335-339, [Consult.: 30/09/2014] Disponível na Internet: <URL: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13691066.2013.847614>> ISSN 1464-5343

Van OFFEN, Woody – A psychological Typology of Successful Entrepreneurs. Organization Studies (Walter De Gruyter GmbH & Co. KG [Em Linha] (1999), p. 883-888 [Consult. 30/08/2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=f3a2aee7-f47b-44e6-8736-25171a9980db%40sessionmgr4001&vid=1&hid=4201>> ISSN 0170-8406

ZERBINATI, S., VANGELIS, S. – Entrepreneurship in the public sector: a framework of analysis in European local governments. Entrepreneurship & Regional Development: Na International Journal [Em Linha] (2007) p. 43-64 [Consult. 09/09/2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/0898562042000310723>>

Legislação

Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, Diário da República, 1ª Série, Nº 250 [Consult: 19/01/2014]. Disponível em: <URL: <http://dre.pt/pdfgratis/2007/12/25001.pdf> >

Decreto-Lei nº 51/75, de 7 de Fevereiro do Ministério da Economia, Diário da República, 1ª Série, Nº 32 [Consult.:03/01/2014]. Disponível em: <URL: <https://dre.pt/pdf1sdip/1975/02/03200/01670172.pdf>>

Decreto-Lei nº 12/2010, de 19 de Fevereiro do Ministério das Finanças e da Administração Pública, Diário da República, 1ª série, Nº 35 [Consult.: 28/09/2014] Disponível em: <URL: <https://dre.pt/application/file/609257>>

Decreto-Lei nº 266/2012 de 28 de Dezembro do Ministério da Economia e do Emprego, Diário da República, 1ª série, Nº 251 [Consult.:07/10/2013]. Disponível em: <URL: <http://dre.pt/pdf1sdip/2012/12/25100/0727907283.pdf> >

Decreto-Lei nº 167-C/2013 de 31 de Dezembro do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, 1ª série, Nº 253 [Consult.: 10/10/2013]. Disponível em: <URL: <https://dre.pt/application/file/164487>>

Decreto-Lei nº 11/2014 de 22 de Janeiro do Ministério da Economia, Diário da República, 1ª série, Nº 15 251 [Consult.:23/01/2014]. Disponível em: <URL: <http://dre.pt/pdf1sdip/2014/01/01500/0045800468.pdf> >

Portaria nº 538/2007, de 30 de abril dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Economia e da Inovação, Diário da República, 1ª série, Nº 83 [Consult: 18/01/2014]. Disponível em: <URL: <https://dre.pt/pdf1sdip/2007/04/08300/28772879.pdf>>

Portaria nº 370-A/2012, de 15 de Novembro do Ministério da Economia e do Emprego, Diário da República, 1ª série, Nº 221 [Consult.: 11/10/2014]. Disponível em: <URL: <https://dre.pt/application/file/637823>>

Regulamento (UE) Nº 1277/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro de 2013 [Consult.: 22/10/2014] Disponível em: <URL: http://www.igfse.pt/upload/docs/2013/Regulamento1287_2013COSME.pdf>

Resolução da Assembleia da República nº 58/2012, de 3 de Maio, Diário da República, 1ª série, Nº 86 [Consult.: 08/10/2014] Disponível em: <URL: <https://dre.pt/application/file/553314>>

Resolução do Conselho de Ministros nº 54/2011, de 16 de Dezembro, Diário da República, 1ª série, Nº 240 [Consult.: 20/12/2013]. Disponível em: <URL: <https://dre.pt/application/file/145402>>

Resolução do Conselho de Ministros nº 56/2011, de 16 de Dezembro, Diário da República, 1ª série, Nº 240 [Consult.: 20/12/2013]. Disponível em: <URL:

<https://dre.pt/application/file/145397>>

Outros endereços web visitados

http://ec.europa.eu/index_pt.htm

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>

<http://expresso.sapo.pt/>

<http://ppl.com.pt/pt>

<http://ppl.com.pt/pt>

<http://www.apba.pt/>

<http://www.iapmei.pt/>

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main

<http://www.markup.pt/>

<http://www.microcredito.com.pt/>

<http://www.novobanco.pt/site/cms.aspx?plg=C0E74EDE-B385-4DF5-A2AC-A1D1CD3F97AB>

<http://www.portugalventures.pt/>

<http://goo.gl/xHfY6>

ANEXOS

Tabela 7

Local de residência (à data dos Censos 2011)	População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Grupo socioeconómico; Decenal
	Sexo
	HM
	Grupo Etário
	Total
	Grupo Socioeconómico
	Total
	Nº
Portugal	10 562 178
Centro	2 327 755
Baixo Vouga	390 822
Águeda	47 729
Albergaria-a-Velha	25 252
Anadia	29 150
Aveiro	78 450
Estarreja	26 997
Ílhavo	38 598
Mealhada	20 428
Murtosa	10 585
Oliveira do Bairro	23 028
Ovar	55 398
Sever do Vouga	12 356
Vagos	22 851

Tabela 7: População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011)Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, <http://goo.gl/3QXMKq>

Tabela 8

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Idade média (Ano) da População residente por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal
	Período de referência dos dados
	2011
	Ano
Portugal	41,83
Centro	43,79
Baixo Vouga	41,85
Águeda	42,67
Albergaria-a-Velha	41,19
Anadia	45,02
Aveiro	40,99
Estarreja	42,31
Ílhavo	40,70
Mealhada	43,24
Murtosa	42,51
Oliveira do Bairro	41,80
Ovar	40,50
Sever do Vouga	44,35
Vagos	41,63

Tabela 8: Idade Média da População

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, <http://goo.gl/JPRDvQ>

Tabela 9

Local de Residência	População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário; Anual (2)					
	Período de Referência dos dados					
	2013	2012	2011	2010	2009	2008
	Grupo Etário					
	Total					
	Sexo					
	HM					
	Nº					
Portugal	10 427 301	10 487 289	10 542 398	10 572 721	1 057 3479	10 563 014
Centro	2 281 164	2 298 938	2 316 169	2 331 642	2 337 787	2 341 807
Baixo Vouga	386 341	388 107	389 675	391 165	391 300	391 272
Águeda	47 127	47 371	47 572	47 787	47 962	48 223
Albergaria-a-Velha	24 724	24 907	25 089	25 282	25 243	25 223
Anadia	28 345	28 656	28 958	29 208	29 496	29 784
Aveiro	77 229	77 675	78 093	78 463	78 084	77 584
Estarreja	26 555	26 710	26 878	27 010	27 177	27 339
Ílhavo	38 410	38 502	38 556	38 624	38 542	38 440
Mealhada	20 255	20 343	20 388	20 462	20 539	20 616
Murtosa	10 437	10 488	10 533	10 601	10 517	10 400
Oliveira do Bairro	23 443	23 356	23 201	23 029	22 871	22 698
Ovar	54 919	55 094	55 244	55 436	55 538	55 589
Sever do Vouga	12 000	12 125	12 253	12 391	12 507	12 601
Vagos	22 897	22 880	22 910	22 872	22 824	22 775

Tabela 9: População Residente (Nº) por Local de Residência, Anual (2008-2013)

Fonte: INF. Estimativas Anuais da População Residente

Tabela 10

População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Grupo socioeconómico; Decenal	Local de residência (à data dos Censos 2011)														
	Portugal	Centro	Baixo Vouga	Águeda	Albergaria-a-Velha	Anadia	Aveiro	Estarreja	Ílhavo	Mealhada	Murtosa	Oliveira do Bairro	Ovar	Sever do Vouga	Vagos
Empresários com profissões intelectuais, científicas e técnicas	40 417	5 964	1 025	122	49	43	342	34	109	52	18	57	151	19	29
Empresários da indústria comércio e serviços	82 683	16 914	3 585	661	200	302	770	186	257	152	66	245	418	102	226
Empresários do sector primário	1 909	546	67	0	5	12	11	0	11	4	12	1	2	2	7
Pequenos patrões com profissões intelectuais e científicas	37 220	6 676	1 147	122	56	74	361	63	108	44	26	54	163	20	56
Pequenos patrões com profissões técnicas intermédias	30 561	6 278	1 093	139	66	76	221	62	122	53	19	79	161	27	68
Pequenos patrões da indústria	120 475	30 246	4 806	689	322	395	731	365	385	237	136	351	580	192	423
Pequenos patrões do comércio e serviços	131 678	30 537	5 369	654	298	389	1002	345	470	290	121	394	712	160	534
Pequenos patrões do sector primário	21 064	5 908	795	73	35	68	62	81	47	27	129	62	79	36	96
Profissionais intelectuais e científicos independentes	34 450	6 542	1 203	106	68	83	356	49	137	56	24	63	171	30	60
Profissionais técnicos intermédios independentes	28 395	5 833	1 029	125	59	82	252	46	109	44	13	60	145	35	59

População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Grupo socioeconómico; Decenal	Local de residência (à data dos Censos 2011)														
	Portugal	Centro	Baixo Vouga	Águeda	Albergaria- a-Velha	Anadia	Aveiro	Estarreja	Ílhavo	Mealhada	Murtosa	Oliveira do Bairro	Ovar	Sever do Vouga	Vagos
Trabalhadores industriais e artesanais independentes	79 675	22 121	3 691	529	260	306	580	248	343	156	101	234	462	156	316
Prestadores de serviços e comerciantes independente	146 523	33 474	6 058	712	364	485	1 078	430	653	302	159	387	869	188	431
Trabalhadores independentes do sector primário	39 693	11 118	1 480	113	62	175	114	113	113	66	212	109	77	100	226
Directores e quadros dirigentes do Estado e empresas	104 285	16 924	3 774	437	228	216	1 174	155	394	174	56	178	545	85	132
Dirigentes de pequenas empresas e organizações	26 270	4 939	900	103	52	64	229	39	107	47	14	52	132	21	40
Quadros intelectuais e científicos	584 265	118 410	20 586	1 709	911	1 277	6 950	963	2 428	1 075	285	1 014	2 688	414	872
Quadros técnicos intermédios	384 611	72 577	13 988	1 642	896	820	3 743	860	1 356	767	222	791	1 950	373	568
Quadros administrativos intermédios	69 722	12 797	2 848	380	167	198	648	189	301	137	30	178	418	67	135
Empregados administrativos do comércio e serviços	1 245 269	249 477	40 782	4 627	2 460	2 958	9 218	2 515	4 274	2 531	808	2 368	5 839	988	2 196
Operários qualificados e semi-qualificados	955 992	217 310	44 474	6 981	3 603	3 247	6 390	3 397	4 175	1 950	1 020	2 768	6 879	1 624	2 440
Assalariados do sector primário	67 531	17 098	2 069	143	133	205	190	116	291	94	303	81	230	105	178

População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Grupo socioeconómico; Decenal	Local de residência (à data dos Censos 2011)														
	Portugal	Centro	Baixo Vouga	Águeda	Albergaria- a-Velha	Anadia	Aveiro	Estarreja	Ílhavo	Mealhada	Murtosa	Oliveira do Bairro	Ovar	Sever do Vouga	Vagos
Trabalhadores administrativos do comércio e serviços não qualificados	414 297	81 518	12 839	1 317	835	1 012	2 972	839	1 331	782	316	615	1 686	408	726
Operários não qualificados	193 843	50 539	11 669	1 463	700	693	1 722	1 074	1 001	556	316	656	2 539	296	653
Trabalhadores não qualificados do sector primário	23 229	3 095	202	16	17	36	18	13	18	15	13	11	29	7	9
Pessoal das forças armadas	34 482	7 339	754	82	30	39	152	57	91	35	13	42	150	25	38
Outras pessoas activas n.e.	124 828	22 045	3 852	412	221	255	807	265	375	161	113	222	703	101	217
Inactivos	5 538 811	1 271 530	200 737	24 372	13 155	15 640	38 357	14 493	19 592	10 621	6 040	11 956	27 620	6 775	12 116

Tabela 10: População residente por Local de residência e Grupo socioeconómico

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, <http://goo.gl/iKehdc>

Tabela 11

Local de Residência	População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal						
	Sexo						
	HM						
	Nível de escolaridade mais elevado completo						
	Nenhum	Básico 1.º ciclo	Básico 2.º ciclo	Básico 3.º ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior
	Nº						
Portugal	1 999 754	2 688 308	1 412 580	1 716 970	1 411 801	88 023	1 244 742
Centro	466 146	640 510	297 911	370 419	290 871	18 427	243 471
Baixo Vouga	70 888	103 563	58 209	64 307	46 849	3 139	43 867
Águeda	8 587	13 592	7 657	7 890	5 589	418	3 996
Albergaria-a-Velha	4 711	6 793	4 449	42 58	2 783	225	2 033
Anadia	5 751	8 803	3 990	4 232	3 287	266	2 821
Aveiro	12 515	16 783	10 153	13 437	10 510	651	14 401
Estarreja	5 044	7 841	4 294	4 643	2 878	151	2 146
Ílhavo	6 603	9 966	5 453	6 557	4 761	310	4 948
Mealhada	3 725	5 701	2 631	3 308	2 644	233	2 186
Murtosa	2 349	3 456	1 717	1 412	880	51	720
Oliveira do Bairro	4 831	6 116	3 563	3 504	2 628	189	2 197
Ovar	9 541	14 541	8 694	9 505	7 022	388	5 707
Sever do Vouga	2 261	3 642	2 053	1 997	1 381	95	927
Vagos	4 970	6 329	3 555	3 564	2 486	162	1 785

Tabela 11: População residente (N.º) por Local de residência e Nível de escolaridade mais elevado completoFonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, <http://goo.gl/Ksj9rM>

Tabela 12

Local de Residência	População residente (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal						
	Sexo						
	HM						
	Nível de escolaridade mais elevado completo						
	Nenhum	Básico - 1.º ciclo	Básico - 2.º ciclo	Básico - 3.º ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior
	%						
Portugal	18,93%	25,45%	13,37%	16,26%	13,37%	0,83%	11,78%
Centro	20,03%	27,52%	12,80%	15,91%	12,50%	0,79%	10,46%
Baixo Vouga	18,14%	26,50%	14,89%	16,45%	11,99%	0,80%	11,22%
Águeda	17,99%	28,48%	16,04%	16,53%	11,71%	0,88%	8,37%
Albergaria-a-Velha	18,66%	26,90%	17,62%	16,86%	11,02%	0,89%	8,05%
Anadia	19,73%	30,20%	13,69%	14,52%	11,28%	0,91%	9,68%
Aveiro	15,95%	21,39%	12,94%	17,13%	13,40%	0,83%	18,36%
Estarreja	18,68%	29,04%	15,91%	17,20%	10,66%	0,56%	7,95%
Ílhavo	17,11%	25,82%	14,13%	16,99%	12,33%	0,80%	12,82%
Mealhada	18,23%	27,91%	12,88%	16,19%	12,94%	1,14%	10,70%
Murtosa	22,19%	32,65%	16,22%	13,34%	8,31%	0,48%	6,80%
Oliveira do Bairro	20,98%	26,56%	15,47%	15,22%	11,41%	0,82%	9,54%
Ovar	17,22%	26,25%	15,69%	17,16%	12,68%	0,70%	10,30%
Sever do Vouga	18,30%	29,48%	16,62%	16,16%	11,18%	0,77%	7,50%
Vagos	21,75%	27,70%	15,56%	15,60%	10,88%	0,71%	7,81%

Tabela 12: População residente, por local de residência e nível de escolaridade mais elevado

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 13

Local de Residência	Taxa bruta de natalidade (‰) por Local de residência; Anual (2)					
	Período de Referência dos dados					
	2013	2012	2011	2010	2009	2008
	‰					
Portugal	7,9	8,5	9,2	9,6	9,4	9,9
Centro	6,9	7,5	7,9	8,2	8,1	8,6
Baixo Vouga	7,5	8,2	8,3	9,1	8,8	9,5
Águeda	6,9	7,9	7,7	8,5	6,9	8,9
Albergaria-a-Velha	7,2	8,9	8,7	9,7	8,6	10,6
Anadia	5,4	6,4	6,9	7,8	6,5	7,4
Aveiro	9,1	9,1	9,7	10,2	10,5	9,8
Estarreja	7,6	7,2	8	8,7	8,4	8,3
Ílhavo	7,9	9	7,9	9,5	9,9	10,5
Mealhada	6,2	7,5	7,3	8,8	8	9,2
Murtosa	8,2	8,7	7,7	8,8	10,8	9,6
Oliveira do Bairro	6,3	8,9	9,2	10,3	9,4	11,1
Ovar	7,5	8,1	8,3	9	8,8	9,4
Sever do Vouga	6,1	7,1	6	6,2	6,4	8,1
Vagos	8,5	7,6	8,4	8,4	9,5	10

Tabela 13: Taxa bruta de natalidade por local de residência

Fonte: INE, Indicadores Demográficos,

Tabela 14

Local de Residência	Taxa bruta de natalidade (‰) por Local de residência; Anual (2)					
	Período de Referência dos dados					
	2013	2012	2011	2010	2009	2008
	‰					
Portugal	7,9	8,5	9,2	9,6	9,4	9,9
Centro	6,9	7,5	7,9	8,2	8,1	8,6
Baixo Vouga	7,5	8,2	8,3	9,1	8,8	9,5
Águeda	6,9	7,9	7,7	8,5	6,9	8,9
Albergaria-a-Velha	7,2	8,9	8,7	9,7	8,6	10,6
Anadia	5,4	6,4	6,9	7,8	6,5	7,4
Aveiro	9,1	9,1	9,7	10,2	10,5	9,8
Estarreja	7,6	7,2	8	8,7	8,4	8,3
Ílhavo	7,9	9	7,9	9,5	9,9	10,5
Mealhada	6,2	7,5	7,3	8,8	8	9,2
Murtosa	8,2	8,7	7,7	8,8	10,8	9,6
Oliveira do Bairro	6,3	8,9	9,2	10,3	9,4	11,1
Ovar	7,5	8,1	8,3	9	8,8	9,4
Sever do Vouga	6,1	7,1	6	6,2	6,4	8,1
Vagos	8,5	7,6	8,4	8,4	9,5	10

Tabela 14: Taxa de natalidade por local de residência (2008-2013)

Fonte: INE, Indicadores Demográficos,

Tabela 15

Grupo socioeconómico	População Residente, segundo grupo etário e grupo socioeconómico							
	Baixo Vouga							
	Total	Menos de 20 anos	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	De 70 ou mais anos
Empresários com profissões intelectuais, científicas e técnicas	1025	1	11996	334	228	147	70	9
Empresários da indústria comércio e serviços	3585	27	159	814	1031	847	404	122
Empresários do sector primário	67	0	211	17	21	12	8	4
Pequenos patrões com profissões intelectuais e científicas	1147	2	4	410	289	150	55	17
Pequenos patrões com profissões técnicas intermédias	1093	1	177	338	289	236	96	20
Pequenos patrões da indústria	4806	10	79	1081	1535	1324	484	79
Pequenos patrões do comércio e serviços	5369	25	213	1141	1542	1346	745	140
Pequenos patrões do sector primário	795	2	286	103	194	256	152	42
Profissionais intelectuais e científicos independentes	1203	0	26	471	288	149	80	26
Profissionais técnicos intermédios independentes	1029	1	150	294	301	213	110	28
Trabalhadores industriais e artesanais independentes	3691	3	65	720	1254	1047	465	56
Prestadores de serviços e comerciantes independente	6058	11	113	1231	1791	1613	839	165
Trabalhadores independentes do sector primário	1480	8	290	192	351	449	333	75
Directores e quadros dirigentes do Estado e empresas	3774	2	43	1640	1040	533	131	20
Dirigentes de pequenas empresas e organizações	900	0	332	320	226	138	50	6
Quadros intelectuais e científicos	20586	18	118	7647	5083	2919	420	33

Grupo socioeconómico	População residente, segundo grupo etário e grupo socioeconómico							
	Baixo Vouga							
	Total	Menos de 20 anos	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	De 70 ou mais anos
Quadros técnicos intermédios	13988	71	3610	4974	3548	2265	340	28
Quadros administrativos intermédios	2848	2858	454	1017	750	538	77	2
Empregados administrativos do comércio e serviços	40782	41390	9589	12180	10013	6834	1485	73
Operários qualificados e semi-qualificados	44474	45079	7352	12227	13207	9264	1761	58
Assalariados do sector primário	2069	2116	320	448	630	439	161	24
Trabalhadores administrativos do comércio e serviços não qualificados	12839	12963	1537	2619	3930	3497	1097	35
Operários não qualificados	11669	11966	2934	3196	3055	1890	291	6
Trabalhadores não qualificados do sector primário	202	206	33	37	63	41	23	1
Pessoal das forças armadas	754	791	480	103	98	34	2	0
Outras pessoas activas n.e.	3852	4634	2003	466	308	227	65	1
Inactivos	200737	276487	10464	5033	7730	15780	33698	52282

Tabela 15: População residente, segundo o grupo etário e o grupo socioeconómico, na Região do Baixo Vouga
Fonte: INE,

Tabela 16

Grupo socioeconómico	População Residente, segundo grupo etário e grupo socioeconómico							
	Murtosa							
	Total	Menos de 20 anos	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	De 70 ou mais anos
Empresários com profissões intelectuais, científicas e técnicas	18	0	3	8	4	2	1	0
Empresários da indústria comércio e serviços	66	0	8	11	27	12	6	2
Empresários do sector primário	12	0	2	7	2	1	0	0
Pequenos patrões com profissões intelectuais e científicas	26	0	3	7	9	5	2	0
Pequenos patrões com profissões técnicas intermédias	19	0	2	10	1	1	4	1
Pequenos patrões da indústria	136	1	10	35	41	34	13	2
Pequenos patrões do comércio e serviços	121	1	8	26	38	27	18	3
Pequenos patrões do sector primário	129	0	12	23	41	40	8	5
Profissionais intelectuais e científicos independentes	24	0	2	12	3	6	1	0
Profissionais técnicos intermédios independentes	13	0	1	6	3	2	1	0
Trabalhadores industriais e artesanais independentes	101	0	3	22	34	30	12	0
Prestadores de serviços e comerciantes independente	159	0	13	36	43	41	22	4
Trabalhadores independentes do sector primário	212	3	33	55	63	42	14	2
Directores e quadros dirigentes do Estado e empresas	56	0	4	19	24	6	3	0
Dirigentes de pequenas empresas e organizações	14	0	2	0	4	5	3	0
Quadros intelectuais e científicos	285	1	58	101	70	44	10	1

Grupo socioeconómico	População Residente, segundo grupo etário e grupo socioeconómico							
	Murtosa							
	Total	Menos de 20 anos	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	De 70 ou mais anos
Quadros técnicos intermédios	222	1	57	88	48	24	4	0
Quadros administrativos intermédios	30	0	10	9	7	4	0	0
Empregados administrativos do comércio e serviços	808	13	231	228	193	115	27	1
Operários qualificados e semi-qualificados	1020	23	210	328	258	177	24	0
Assalariados do sector primário	303	8	63	104	85	30	9	4
Trabalhadores administrativos do comércio e serviços não qualificados	316	3	40	69	101	76	26	1
Operários não qualificados	316	13	102	113	54	27	7	0
Trabalhadores não qualificados do sector primário	13	1	4	5	0	1	2	0
Pessoal das forças armadas	13	1	11	1	0	0	0	0
Outras pessoas activas n.e.	113	32	59	12	6	4	0	0
Inactivos	6040	2136	259	176	281	441	1027	1720

Tabela 16: População Residente, segundo grupo etário e grupo socioeconómico no município da Murtosa
Fonte: INE,

Tabela 17

Localização Geográfica	Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)			
	Total	1º Setor	2º Setor	3º Setor
Portugal	3 735 340	108 559	681 474	976 443
Centro	695 600	27 595	171 278	180 286
Baixo Vouga	132 528	3 395	-	31 324
Águeda	19 734	271	10 131	4 680
Albergaria-a-Velha	7 920	194	3 187	1 756
Anadia	8 784	319	3 646	1 944
Aveiro	31 419	276	8 374	7 553
Estarreja	7 444	191	2 170	1 765
Ílhavo	12 260	955	5 160	2 337
Mealhada	5 826	139	1 050	1 447
Murtosa	2 070	381	-	400
Oliv. Bairro	8 499	89	3 876	2 149
Ovar	18 484	262	8 110	4 589
Sever do Vouga	3 938	181	1 734	806
Vagos	6 150	137	1 903	1 868

Tabela 17: Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), à data dos Censos de 2011

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), <http://goo.gl/TrFnpg>

Tabela 18

Localização Geográfica	Empresas (N.º) por Localização geográfica, Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica		
	1º Setor	2º Setor	3º Setor
Portugal	56 467	72 286	347 094
Centro	13 900	17 596	78 109
Baixo Vouga	1 716	3 753	13 344
Águeda	173	747	1 741
Albergaria-a-Velha	117	283	820
Anadia	143	343	1 019
Aveiro	167	572	2 855
Estarreja	138	179	820
Ílhavo	163	330	1 212
Mealhada	65	163	714
Murtosa	295	51	236
Oliv. Bairro	81	293	850
Ovar	149	458	1 865
Sever do Vouga	125	151	428
Vagos	100	183	784

Tabela 18: Empresas (N.º) por Localização geográfica, Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) <http://goo.gl/gYYwPU>

Tabela 19

Localização Geográfica	Empresas (N.º) por Localização geográfica e Escalão de pessoal ao serviço; Anual				
	Período de Referência dos dados				
	2011				
	Total	Menos de 10	10-49 pessoas	50-249 pessoas	250 e mais pessoas
Portugal	1 112 000	1 066 065	39 400	5 637	898
Centro	241 272	231 819	8 239	1 090	124
Baixo Vouga	40 819	39 002	1 527	256	34
Águeda	5 053	4 704	291	56	2
Albergaria-a-Velha	2 438	2 313	112	11	2
Anadia	3 082	2 942	126	12	2
Aveiro	9 133	8 739	335	48	11
Estarreja	2 482	2 390	73	17	2
Ílhavo	3 832	3 696	109	23	4
Mealhada	2 085	2 005	68	11	1
Murtosa	1 078	1 057	18	3	0
Oliveira do Bairro	2 496	2 358	112	25	1
Ovar	5 422	5 220	166	28	8
Sever do Vouga	1 294	1 231	51	12	0
Vagos	2 424	2 347	66	10	1

Tabela 19: Empresas (N.º) por Localização geográfica e Escalão de pessoal ao serviço em 2012

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas, <http://goo.gl/ofCkdv>

Tabela 20

Localização Geográfica	Empresas (N.º) por Localização geográfica e Escalão de pessoal ao serviço; Anual				
	Período de Referência dos dados				
	2011				
	Total	Menos de 10	10-49 pessoas	50-249 pessoas	250 e mais pessoas
Portugal	1 112 000	1 066 065	39 400	5 637	898
Centro	241 272	231 819	8 239	1 090	124
Baixo Vouga	40 819	39 002	1 527	256	34
Águeda	5 053	4 704	291	56	2
Albergaria-a-Velha	2 438	2 313	112	11	2
Anadia	3 082	2 942	126	12	2
Aveiro	9 133	8 739	335	48	11
Estarreja	2 482	2 390	73	17	2
Ílhavo	3 832	3 696	109	23	4
Mealhada	2 085	2 005	68	11	1
Murtosa	1 078	1 057	18	3	0
Oliveira do Bairro	2 496	2 358	112	25	1
Ovar	5 422	5 220	166	28	8
Sever do Vouga	1 294	1 231	51	12	0
Vagos	2 424	2 347	66	10	1

Tabela 20: Empresas (N.º) por Localização geográfica e Escalão de pessoal ao serviço

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas, <http://goo.gl/ofCkdv>